

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

PAULA COMBAÇAU DORIA DE BARROS

**MODELO DE CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA E TURÍSTICA
PARA PROPRIEDADES RURAIS: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado

Florianópolis
2005

PAULA COMBACAU DORIA DE BARROS

**MODELO DE CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA E TURÍSTICA
PARA PROPRIEDADES RURAIS: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Paulo Maurício Selig, Dr.

Co-orientadora: Prof^a. Sandra Sulamita

Nahas Baasch, Dr^a

Florianópolis

2005

PAULA COMBACAU DORIA DE BARROS

**MODELO DE CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA E TURÍSTICA
PARA PROPRIEDADES RURAIS: UM ESTUDO DE CASO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de Produção** no **Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção** da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 26 de setembro de 2005.

Prof. Dr. Edson Pacheco Paladini
Coordenador do Programa

BANCA EXAMINADORA

Prof. Paulo Maurício Selig, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador

Prof^a. Sandra Sulamita Nahas Baasch, Dr^a.
Universidade Federal de Santa Catarina
Co-orientadora

Prof^a. Ivete Rossato, Dr^a.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Prof^a. Patrícia Mattos de Barros, M. Eng.
Universidade Estácio de Sá

C837m Barros, Paula Combacau Doria de
Modelo de caracterização ecológica e turística para propriedades
rurais: um estudo de caso / Paula Combacau Doria de Barros ;
orientador Paulo Maurício Selig; co-orientadora Sandra Sulamita
Nahas Baasch. – Florianópolis, 2005.
118 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina,
Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2005.

Inclui bibliografia.

1. Turismo rural sustentável. 2. Planejamento turístico.
3. Sustentabilidade. I. Selig, Paulo Maurício. II. Baasch, Sandra
Sulamita Nahas. III. Universidade Federal de Santa Catarina. IV. Título.

CDU 380.8

Dedico esta dissertação, com o mais profundo
amor e carinho, à minha mãe Norah.

Seu amor, vulnerabilidade, sabedoria e vigor
tem me inspirado a ser o melhor que posso ser
e a compartilhar o que aprendemos juntas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por esta oportunidade e por colocar no meu caminho todas as pessoas abaixo.

A meu marido Renato por todo apoio, amor e paciência e ao meu filho Felipe por ser uma criança iluminada e deixar a mãe desenvolver este estudo.

A minha mãe Norah e meus irmãos pelo amor e incentivo de toda esta vida.

Ao meu orientador, Paulo Maurício Selig, pela viabilidade do presente trabalho.

A minha co-orientadora, Sandra Sulamita Nahas Baasch , pelos momentos de troca de conhecimentos, dedicação e ajuda na estruturação deste trabalho.

Aos meus amigos Aline (pelo incentivo e apoio), Vera (pela paciência e ajuda na formatação), Joice (por cuidar do meu filho nas horas de estudo) e todos os amigos do coração que me incentivaram por todo percurso.

Aos meus colegas do Laboratório de Gestão da Qualidade Ambiental – LGQA –, Alexandre, Denize, Dall’Agnol, Burlani, Fabi, Cris, Daninha, Michele, Dani, Paulo, Daniel, Arthur, Patrícia, Artur Oliveira, André, Marcelo, Ceccato e a todos os colegas e amigos que de alguma forma colaboraram na elaboração do trabalho e pelos momentos de convivência.

Agradeço aos membros da banca: Sandra, Patrícia, Ivete e Selig, que muito contribuíram com suas considerações.

Talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor,
mas lutamos para que o melhor fosse feito.
... não somos o que deveríamos ser, não somos o que iremos ser, mas,
graças a Deus não somos o que éramos.

Martin Luther King

RESUMO

BARROS, Paula Combacau Doria de. **Modelo de caracterização ecológica e turística para propriedades rurais**: um estudo de caso. 2005. 118f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

A velocidade do crescimento de consumo da população não está acompanhando o período natural de recomposição e fornecimento de matéria prima para se viver harmonicamente, a destruição e falta de preservação ambiental é uma realidade desastrosa. O ser humano deve buscar alternativas de exploração e desenvolvimento em harmonia com os meios naturais, sociais e culturais do nosso planeta com intuito de garantir a existência de tais recursos para as nossas e para as futuras gerações. Uma atividade que vem de encontro com esta forma de desenvolvimento é o turismo rural sustentável, que contribui para a preservação ambiental, a disseminação de alternativas sustentáveis de exploração, a diminuição do êxodo rural e a valorização da agricultura familiar, já que o Brasil possui uma grande área economicamente rural. Para que esta atividade seja desenvolvida de forma sustentável é imprescindível um planejamento turístico que aborde os aspectos ambientais, sociais e culturais da região ou local onde será desenvolvido, evitando assim os impactos negativos de desenvolvimento. O presente estudo de caso caracteriza-se como um estudo exploratório e tem por objetivo geral desenvolver um modelo de caracterização ecológica e turística para o planejamento turístico sustentável. Esta caracterização aborda os aspectos econômicos, sociais, ambientais, culturais e espaciais da localidade e da região onde será aplicado, com o objetivo de contribuir para um desenvolvimento sustentável do local e região. A metodologia adotada incluiu o referencial teórico, a definição do modelo e a aplicação do mesmo na propriedade rural, a Fazenda Deca de Barros, localizada no município de São Manuel estado de São Paulo.

Palavras-chave: Turismo rural sustentável. Planejamento turístico. Sustentabilidade.

ABSTRACT

BARROS, Paula Combacau Doria de. **An ecological and touristic characterization model for countryside properties:** a case study. 2005. 118f. Dissertation (Master in Production Engineering) - Post-graduation Program in Production Engineering, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

The speed of the growing consumption is not allowing the re-composition time that natural resources need to have harmony. The damages and a lack of environment protection is a dangerous reality. The human being should look for alternatives of exploration and development in harmony with natural, social and cultural resources of our planet, to give a warranty that those resources will exist to our next generations. One activity that goes on in this direction of development is sustainable countryside tourism, which contributes with the preservation of the environment, with the dissemination of sustainable alternatives for exploration, the reducing of country exodus and the valorization of family agriculture even because Brazil has a great area within a countryside economy. To develop this activity in a sustainable way is necessary a plan that involves the social, cultural and natural aspects in the location where the works will be done, to prevent and reduce the negative impacts of development. The present work is an exploratory study and has as a general objective to develop a model of ecological and tourist characterization to plan and get a sustainable tourism. This characterization gets the economics, social, cultural and environmental aspects of the location and area where will be applied, with the objective to contribute with the sustainable development of the location. The methodology includes the theory reference, the definition of a model and the application of this model in a rural property, the Fazenda Deca de Barros, located at São Manuel city in São Paulo state.

Key Words: Sustainable countryside tourism. Touristic plan. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Valores e princípios do turismo sustentável	40
Figura 2 – Mapa Estado de São Paulo.....	71
Figura 3 – Foto aérea da Fazenda Deca de Barros	72
Figura 4 – Sede da Fazenda Deca de Barros	73
Figura 5 – Casa utilizada por trabalhadores da Fazenda Deca de Barros	74
Figura 6 – Casa dos funcionários da Fazenda Deca de Barros	74
Figura 7 – Galpão de equipamentos da Fazenda Deca de Barros.....	75
Figura 8 – Tanque de peixes.....	75
Figura 9 – Instalações da Fazenda Deca de Barros	76
Figura 10 – Trator da Fazenda Deca de Barros	77
Figura 11 – Quadras de esporte da fazenda	78
Figura 12 – Árvores centenárias da fazenda.....	80
Figura 13 – Berçário das estufas da Fazenda Deca de Barros	81
Figura 14 – Estufa da Fazenda Deca de Barros	81
Figura 15 – Plantação de café da Fazenda Deca de Barros	82
Figura 16 – Roda d'água da Fazenda Deca de Barros	83
Figura 17 – Delimitações da Fazenda Deca de Barros	85
Figura 18 – Festa religiosa de Corpus Christi	87
Figura 19 – Tapetes de rua da festa religiosa de Corpus Christi.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos procedimentos científicos do Turismo com outras áreas....	22
Quadro 2 – Impactos no meio natural	27
Quadro 3 – Tipos e características do turismo no espaço rural	33
Quadro 4 – A evolução da percepção ecológica	46
Quadro 5 – Fundamentos da sustentabilidade da vida	50
Quadro 6 – Classificações do planejamento	58
Quadro 7 – Etapas de um planejamento	60
Quadro 8 - Estrutura da caracterização ecológica e turística	66

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ACAPEL - Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável de São Manuel

APP – Área de Preservação Permanente

CAFENOEL - Cooperativa de Cafeicultores de São Manuel

CET - Caracterização Ecológica e Turística

CETESB - Companhia da Tecnologia de Saneamento Ambiental

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

EPA - Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos da América

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

MAEE - Modelo de Avaliação de Empreendimentos Ecoturísticos

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONG - Organizações Não Governamentais

ONU - Organização das Nações Unidas

PIB - Produto Interno Bruto

PNUMA - United Nations Environmental Programme

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza

UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO - União das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP - Universidade Estadual de São Paulo

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

WWF - World Wild Fund for Nature

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Justificativa e relevância do assunto.....	16
1.2 Objetivos.....	17
1.3 Organização do estudo.....	18
1.4 Procedimentos metodológicos.....	19
1.4.1 Natureza da pesquisa.....	20
1.4.2 Delineamento da pesquisa.....	20
2 TURISMO	23
2.1 Panorama do turismo.....	24
2.2 Impactos do turismo.....	25
2.2.1 Princípios para minimizar os impactos negativos do turismo.....	28
2.3 Segmentos da atividade turística.....	29
2.4 Turismo x natureza.....	31
2.5 Turismo rural.....	33
2.5.1 Benefícios do turismo rural.....	35
2.5.2 Panorama do turismo rural no mundo.....	36
2.6 Turismo sustentável.....	38
2.7 Conclusão do capítulo.....	40
3 MEIO AMBIENTE	42
3.1 A evolução da percepção ecológica.....	43
3.2 Desenvolvimento sustentável.....	46
3.3 Sustentabilidade.....	48
3.3.1 Sustentabilidade ecológica.....	50
3.4 Conclusão do capítulo.....	52
4 PLANEJAMENTO	54
4.1 Planejamento turístico.....	54
4.1.1 Classificações do planejamento turístico.....	58
4.1.2 Planejamento turístico sustentável.....	59
4.2 Etapas de planejamento.....	59

4.3 Modelos de planejamento	61
4.4 Conclusão do capítulo	63
5 MODELO PROPOSTO	64
5.1 Planejamento turístico com CET	66
5.2 Análise crítica dos modelos utilizados na elaboração da CET	69
5.3 Aplicação do modelo proposto - estudo de caso	70
5.4 Conclusão do capítulo	93
6 CONCLUSÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	95
6.1 Conclusões finais	95
6.2 Recomendações para trabalhos futuros	97
REFERÊNCIAS	99
APÊNDICE	103
ANEXOS	109

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, o mundo rural foi entendido como algo circunscrito às atividades agropecuárias e extrativistas. Só mais recentemente o cultivo da terra e a criação de animais não constituem mais, para os habitantes do meio rural, seu único meio de vida. Novas atividades e serviços estão sendo desenvolvidos no e a partir do espaço rural, que o Brasil possui de sobra. O turismo rural tem despontado neste contexto e contribuído para a preservação ambiental, social e cultural, para a produção de alimentos diferenciados e, principalmente, para a valorização do agricultor e seu trabalho o que reduz drasticamente o êxodo rural.

É um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento rural sustentável pois, estimula a permanência de famílias e jovens no meio rural; contribui para aumentar a renda das propriedades; possibilita a geração de empregos e tende a melhorar a infra-estrutura das cidades e das comunidades rurais.

O aproveitamento do potencial turístico se amplia a partir do conhecimento que se tem da região, lugar ou cidade, e o planejamento turístico é um instrumento para este conhecimento, de forma a aproveitar e desenvolver pontos fortes e minimizar impactos negativos da atividade nos locais.

... transforma e inclusive valoriza diferencialmente espaços que podiam não ter valor no contexto da lógica de produção: de repente o pasto pode ser transformado em parque para acampar e a casa abandonada do falecido avô em casa de hóspedes. Assim toda questão do patrimônio turístico pode ser analisado sob esta vertente (NICOLÁS, 1996, p.49, tradução nossa)

O Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, órgão responsável para estabelecer e incentivar a ordem no setor, elaborou no ano de 2002, instruções normativas, com intuito de estabelecer uma política de apoio ao desenvolvimento do turismo rural. E sua grande preocupação é que se desenvolva de uma maneira sustentável, sem agredir os meios naturais, culturais e sociais.

Segundo Oliveira (2005), o turismo só promove o desenvolvimento econômico e social, quando comprometido com a conservação do patrimônio natural e cultural, ou seja, sua sustentabilidade depende do equilíbrio entre exploração e preservação.

O presente estudo tem o propósito de colaborar e aprofundar o conhecimento do desenvolvimento sustentável no setor, e para isso aborda uma pesquisa bibliográfica sobre turismo, turismo rural, meio ambiente e a percepção ecológica,

sustentabilidade e, principalmente, sobre planejamento do turismo rural sustentável. Nos capítulos subseqüentes serão apresentados, além destes conteúdos acima, um modelo de caracterização ecológica e turística com vista a dar suporte ao planejamento da atividade e a apoiar o desenvolvimento de formas mais sustentáveis de produção.

1.1 Justificativa e relevância do assunto

A proteção e a conservação ao meio ambiente não são mais uma atitude que alguns devem aderir e sim uma necessidade de todos. A rapidez que as gerações atuais vem consumindo o meio em que vivem, é insustentável, significa a degradação do planeta em todos os sentidos, culturais, sociais e principalmente os meios naturais, que são aqueles que nos fornece tudo, como ressalta Barros (2002) “... água para beber, terra para colher e ar para viver”, além dos meios artificiais que também são oriundos da natureza, não há nada ao nosso redor que não venha da natureza, por isso respeita-la e preserva-la é uma missão de todos.

Como meio ambiente entende-se a biosfera, isto é, as rochas, a água e o ar que envolvem a Terra, juntamente com os ecossistemas que eles mantêm (HOLDER apud RUSCHMANN, 2001, p.19). Esses ecossistemas são constituídos de comunidades de indivíduos de diferentes populações (bióticos), que vivem numa área juntamente com seu meio não vivente (abiótico) e se caracterizam por suas inter-relações, sejam elas simples ou mais complexas. Nesta definição também pode-se citar os recursos construídos pelo homem, tais como casas, sítios arqueológicos e os padrões comportamentais das populações - comida, costumes, modo de vida -, que são o que as diferem uma das outras.

A inter-relação entre o turismo e o meio ambiente é incontestável, uma vez que este último constitui a matéria prima da atividade. A deterioração dos ambientes urbanos pela poluição sonora, visual e atmosférica, a violência, os congestionamentos e as doenças provocadas pelo desgaste psicofísico das pessoas são as principais causas das fugas das cidades. Respirar o ar puro, uma alimentação mais saudável, enfim a busca pelo contato direto com a natureza em finais de semana e férias, são cada vez mais freqüentes.

As regiões costeiras, os campos, as montanhas, os lagos e rios, juntamente com o clima, constituem recursos naturais para a realização da experiência turística e

existem independentemente da presença de visitantes, mas poderão ter a sua disponibilidade a suas características afetadas por eles (BUKART e MEDLIK, 1986). É preciso que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio, a fim de que sua atratividade dos recursos naturais não seja a causa da degradação. Daí a necessidade de um planejamento, a fim de conter os impactos negativos da atividade.

O presente estudo tem como finalidade propor um modelo de caracterização ecológica e turística para ser implementado em um planejamento do turismo rural sustentável de uma propriedade rural que atualmente está baseada na monocultura agrícola convencional e sem nenhuma outra exploração de sua infra-estrutura. Este modelo tem como finalidade incentivar e colaborar para o equilíbrio necessário para o desenvolvimento sustentável da propriedade e da atividade turística.

A aplicação do modelo de caracterização ecológica e turística visa o levantamento da situação atual e contribui para propor alternativas sustentáveis e o desenvolvimento turístico sustentável de uma propriedade rural, evitando dessa forma, os efeitos negativos nos recursos e a disseminação de alternativas mais sustentáveis do modo de vida.

Encontrar o equilíbrio entre interesse econômico que o turismo estimula e o seu desenvolvimento planejado, que preserve os recursos naturais, sociais e culturais não é tarefa fácil, principalmente porque o controle da atividade assim como, sua aplicabilidade dependem de critérios e valores subjetivos e devem ser baseadas em um política ambiental e turística adequada (RUSCHMANN, 2001).

Neste trabalho, além de ressaltar a necessidade do planejamento sistemático para o desenvolvimento turístico sustentável na localidade receptora estudada - Fazenda Deca de Barros, - pretende-se apresentar um quadro teórico-referencial que fundamente uma metodologia específica para a elaboração de planos de desenvolvimento em harmonia com meio ambiente.

1.2 Objetivos

O objetivo geral consiste na elaboração de um modelo de caracterização ecológica e turística para propriedades rurais.

Para o alcance deste objetivo, serão desenvolvidos os seguintes objetivos específicos:

- » Analisar de uma forma crítica os modelos de diagnóstico para planejamento turístico;
- » Pesquisar o arcabouço teórico sobre turismo, meio ambiente e planejamento turístico;
- » Trabalhar com os vários modelos de diagnósticos para elaborar um modelo de caracterização que responda a todas os aspectos sociais, culturais e naturais;
- » Aplicar este modelo de caracterização ecológica e turística em uma propriedade rural, caracterizando a situação atual com base nos fatos, nas estatísticas e no seu histórico, visando detectar suas potencialidades para o turismo rural e para sua sustentabilidade;
- » Mostrar a viabilidade da CET – Caracterização Ecológica e Turística, para utilização em futuros planejamentos turísticos rurais;

1.3 Organização do estudo

De modo a estruturar o presente estudo acerca do tema proposto para o alcance do objetivo inicial, a dissertação foi dividida em 6 capítulos, na seguinte seqüência:

O capítulo 1 refere-se a introdução para contextualizar o tema, a justificativa e relevância do tema, os objetivos gerais e específicos do trabalho e a organização de estudo para melhor esclarece-lo. O capítulo também apresentou os procedimentos metodológicos desenvolvidos no decorrer do trabalho para tornar científico o conhecimento obtido com este estudo. Segundo Soldateli (1999), para atingir um conhecimento devemos utilizar métodos científicos que devem ser um conjunto de procedimentos técnicos e intelectuais.

O capítulo 2 apresenta um referencial bibliográfico sobre turismo; o desenvolvimento do setor no Brasil e no mundo, segmentos da atividade turística, o turismo rural com suas características, impactos positivos e negativos e o turismo sustentável fechando o assunto de maneira a incorporar todas as formas de desenvolvimento da atividade;

O capítulo 3 objetiva elaborar um quadro referencial sobre a evolução da percepção mundial sobre a questão ambiental. Aborda também os conceitos de desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade ecológica;

O capítulo 4 aborda conceitos sobre planejamento, planejamento turístico, etapas e modelos de planejamento turístico para referenciar o modelo de caracterização para ser incorporado no planejamento turístico sustentável;

O capítulo 5 apresenta o modelo proposto, a Caracterização Ecológica e Turística – CET, sua estrutura, metodologia e a aplicação no empreendimento rural, a Fazenda Deca de Barros. Aborda os modelos utilizados como base para desenvolver a caracterização ecológica e turística;

O capítulo 6 diz respeito as conclusões do estudo sobre os objetivos propostos para o trabalho, bem como recomendações para trabalhos futuros de interesse acadêmico. E ao final do trabalho, as referências bibliográficas, os apêndices e anexos que completam o trabalho.

1.4 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho iniciou-se em 2002, com o objetivo de propor a uma propriedade rural, Fazenda Deca de Barros, outras alternativas de exploração. A área agrícola da propriedade já se encontra em uso, porém com uma grande infraestrutura sem utilização. Foi a partir deste ponto que surgiu a idéia de desenvolver a atividade turística rural sustentável, por ser uma atividade que apenas agregará valores a propriedade sem deteriorá-la ou sem muitas mudanças, apenas algumas adequações. Para que este desenvolvimento aconteça é necessário à realização de um planejamento voltado a sustentabilidade, não apenas turística como ecológica, para que esta nova atividade se desenvolva em perfeita harmonia com o meio ambiente

No presente trabalho foi criado um modelo de caracterização para ser utilizado em planejamento turísticos sustentáveis, a Caracterização Ecológica e Turística CET, e para comprovar a eficiência da metodologia proposta foi aplicado na Fazenda Deca de Barros.

Para isso foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos:

1.4.1 Natureza da pesquisa

No que diz respeito ao presente trabalho, pode-se considera-lo no nível de pesquisa exploratória, pela carência de material e pesquisas sobre o tema abordado, principalmente estudos em relação ao planejamento de turismo e aos impactos negativos do turismo relacionados ao meio ambiente.

Segundo Gil (1993, p.43), este tipo de pesquisa tem por objetivo “(...) proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. E destaca como objetivo principal deste tipo de pesquisa o aprimoramento de idéias ou a descobertas de intuições.

Este tipo de pesquisa apresenta limitações à medida que se destaca pelo seu caráter mais conceitual. Todavia, torna-se fundamental para o planejamento da atividade turística sustentável que carece de fundamentação teórica que lhe dê suporte.

O levantamento bibliográfico do presente trabalho envolveu os seguintes procedimentos técnicos: elaborado a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos científicos, de periódicos e material disponibilizado na internet. Caracterizado como trabalho essencialmente teórico, a bibliografia que possibilita definir e resolver problemas já conhecidos, bem como explorar novas áreas, é considerada fundamental e indispensável à fase inicial de toda pesquisa científica.

Para Gil (1993 apud SOLDATELI, 1999), apesar da flexibilidade da pesquisa exploratória, esta assume, na maioria das vezes, forma de pesquisa bibliográfica ou de estudo de caso. O presente trabalho confirma esta tese apresentando as duas modalidades citadas.

1.4.2 Delineamento da pesquisa

A pesquisa seguiu um modelo de diagnóstico com análises de documentos – a propriedade forneceu vários documentos e informações que serviram de dados para o presente estudo. E dados referentes a elementos externos a propriedade, foram efetuados contatos com a prefeitura, a secretaria de agricultura e desenvolvimento e com a secretaria de turismo do município.

O estudo de caso, segundo Young (1960, p.269), é definido como:

... um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja esta unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação.

O estudo de caso permite uma maior compreensão dos fenômenos e das relações sociais, pois possibilita uma análise integrada no contexto em que elas ocorrem, fazendo do estudo de caso um valioso instrumento nas pesquisas exploratórias, permitindo a elaboração de hipóteses e auxiliando na definição dos problemas de pesquisa a serem estudados.

Estudo de caso naturalístico¹, para Ludke e André (1986), aborda as seguintes características:

- » Visa a descobertas;
- » Enfatiza a interpretação do contexto;
- » Busca retratar a realidade de forma completa e profunda;
- » Usa uma variedade de fontes de informação;
- » Revela a experiência vicária e permite generalizações naturalísticas;
- » Procura representar os diferentes e às vezes conflitantes ponto de vista presentes numa situação social;
- » Nos relatos neste tipo de estudo, utiliza uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa.

As relações que a atividade turística, mais especificamente o planejamento turístico, tem com outros campos acontece, pois, o turismo é uma atividade trans, inter e multidisciplinar, como aborda Arrillaga (1976) “[...] em sua globalidade, não está formada só por pessoas que viajam e pelos bens e serviços que lhes oferecem e utilizam, mas que entre uns e outros surge uma série de relações e situações de fato, de caráter econômico, sociológico e até político”.

Barreto (2000), ressalta que o estudo do turismo e seu planejamento requerem a utilização de critérios e metodologias de uma série de ciências, no caso do planejamento turístico utiliza-se de outros campos da ciência como:

¹ estudo de caso naturalístico, os problemas são estudados no ambiente em que eles ocorrem, sem haver manipulação intencional do pesquisador.

Historia e geografia	Para caracterização histórica e física do recurso ou localidade turística, que aborda costumes, conceitos de vida e geográfica no que diz respeito clima, relevo, vegetação entre outros fatores.
Filosofia e metodologia científica	Constituem instrumentos indispensáveis para que o planejador possa atingir de um modo científico e não intuitivo as finalidades de determinação e desenvolvimento turístico de uma localidade.
Economia, administração e estatística	Referentes à oferta da demanda turística; análise de equipamentos e da infra-estrutura, na definição de pontos fortes e fracos; Na avaliação de oportunidades e riscos para o desenvolvimento do turismo; no diagnóstico e prognóstico da localidade; na definição de metas e objetivos entre outros.
Política e marketing	Políticas de fomento ao turismo; existência de incentivos, e a realidade política da localidade para se desenvolver se enquadrando nas leis e normas existentes; No marketing como ferramenta de desenvolvimento, auxílio da análise das flutuações da oferta e demanda; oportunidades, promoção para o perfeito desenvolvimento do turismo.
Cultura e meio ambiente	Como é considerado matéria prima do turismo, os recursos naturais e culturais devem ser abordados no inventário ou na caracterização do planejamento turístico, pois quanto mais recursos a localidade possuir maior sua atratividade.
Direito e ética profissional	O direito deve ser observado em sentido amplo, como conjunto de normas que constituem o ordenamento jurídico de um país, região ou localidade, leis reguladoras da atividade; legislação ambiental, do patrimônio cultural e etc. Quanto à ética profissional, é o fator que fornece ensinamentos que deverão nortear atitudes, procedimentos e desenvolvimento enquanto planejador da atividade turística.
Turismo	São os campos específicos da área como os meios de transporte, agências de viagem, eventos, hotelaria, lazer e entretenimento, gastronomia e etc. Devem ser estudados dentro do planejamento como componentes de infra-estrutura e da oferta turística de determinada localidade
Educação	Pois as localidades turísticas oferecem aos visitantes informações, dados agregando acontecimentos disseminando técnicas, tecnologias, modos de vida, educação ambiental entre outros.

Quadro 1 - Relação dos procedimentos científicos do Turismo com outras áreas

Fonte: adaptado de Ansarah (2001)

2 TURISMO

A palavra turismo surgiu no século XIX, porém a atividade estende suas raízes pela história. De La Torre (1997), definiu turismo como: "soma de relações e de serviços resultantes de uma mudança de residência temporária e voluntária motivada por razões alheias a negócios ou profissionais".

A Organização Mundial do Turismo – OMT (2003) – definiu que:

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares distintos ao de seu entorno habitual – uma certa área ao redor do seu lugar de residência acrescida de todos aqueles lugares que visita freqüentemente –, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidades de lazer, negócios e outros.

Segundo Fourastie (1979), o turismo existe desde as mais antigas civilizações, mas foi a partir do século XX, e mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, que ele evoluiu, como consequência dos aspectos relacionados à produtividade empresarial, ao poder de compra das pessoas e ao bem estar resultante da restauração da paz no mundo.

Foi a época - século XX – que se verificou as sensíveis transformações no campo social, econômico, político e tecnológico. No campo social, destaca-se a modernização das leis trabalhistas, que passam a reconhecer o direito das férias remuneradas a todos os trabalhadores; no campo econômico, observam-se ganhos de produtividade, com aumento e melhor distribuição de renda; no campo político, verifica-se uma maior interdependência nas economias dos países e no comércio internacional; e no campo tecnológico, o seu avanço, a par do desenvolvimento econômico que propiciou, provocou também, efeitos diretos no turismo, pela modernização nos transportes e do setor de construção civil (RUSCHMANN, 2001).

Foi nas sociedades pós-industriais que o turismo, juntamente com o lazer, a cultura, as artes, o esporte e a preocupação com a qualidade de vida se desenvolveram. Atualmente é uma das atividades reconhecidamente mais importantes, tem sido considerada por governo, estudiosos e comunidades uma ótima, e às vezes, única forma para o desenvolvimento local.

Entre as mais diversas definições de turismo, alguns elementos tornam-se comuns, entre diversos autores são eles:

- » Permanência fora do domicílio: parte integrante do conceito de turismo, a duração desta permanência é uma das variáveis principais na caracterização e classificação de fluxos;
- » Temporalidade: Para separar a definição de viajantes que permanecem por um ou mais anos fora do domicílio, estes considerados emigrantes e não turistas. Estada em um destino durante um período determinado de tempo e não permanente;
- » Viagem ou deslocamento: sem deslocamento de pessoas não há turismo; o turismo corresponde tanto ao destino como as atividades realizadas durante a estada;
- » Motivação da viagem: o turismo compreende os produtos e serviços criados para satisfazer as necessidades dos turistas, independente de qual seja a motivação da mesma (negócios, lazer, saúde e outros).

2.1 Panorama do turismo

Atualmente o homem vem realizando viagens por diversas razões, comércio, lazer, esporte, eventos e etc. Com as características peculiares do mundo em que vivemos - segurança, rapidez nos transportes, novas tecnologias, relações entre países, etc. – além de maior tempo livre, renda disponível e a vontade de viajar, que tem possibilitado o grande crescimento do mercado turístico.

Segundo a EMBRATUR/IBAMA (1994), na última década, o turismo mundial expandiu suas atividades em 57% e, em 1999, movimentou cerca de U\$ 4,5 trilhões. A OMT (2000), estimou que 656 milhões de turistas internacionais geraram, em 1999, uma receita de cerca de US\$ 456 bilhões. Estima-se ainda que o número de turistas cresça, nas próximas duas décadas, 4,3% ao ano e a receita gerada por eles, cerca de 6,7% ao ano. Porém para se entender melhor estes dados, deve-se citar a geração de empregos, em 1999 o turismo mundial ofereceu 204 milhões de empregos, o que corresponde a um em cada nove trabalhadores no mundo. Em 2005, prevê-se a geração de 338 milhões de empregos.

Embora o Brasil participe com apenas cerca de 1% do movimento turístico internacional e envolva 52 setores produtivos, gerando cerca de 6 milhões de empregos, as receitas diretas com o turismo interno foram de US\$ 13,2 bilhões. Em

2000, 60% dos pacotes vendidos para brasileiros tiveram destinos nacionais o que gerou um aumento no mercado em 20%. São todas estas razões que vem aumentando a participação do turismo no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que em 1998 correspondeu cerca de 2,2%. Comparando-se a outros países o Brasil ainda está engatinhando, a Espanha no mesmo período gerou cerca de 28% de seu PIB com o turismo (EMBRATUR, 2001).

Alguns aspectos negativos influenciam no crescimento do setor no Brasil, entre eles a imagem desfavorável criada por dificuldades de insegurança urbana, doenças calcadas na falta de saneamento básico, falta de políticas públicas voltada ao setor e a falta de investimentos em infra-estrutura nos centros urbanos e em áreas verdes. São baseados nestes aspectos que se deve lançar projetos para o desenvolvimento adequado do setor. Nestes projetos de larga abrangência, evidentemente, não poderá estar ausente um requisito básico, qual seja, o da preservação dos recursos turísticos naturais e culturais, até porque se não forem tomadas medidas adequadas neste sentido, estaremos repetindo erros já detectados em outros países e que exigiram esforços humanos e despesas consideráveis para serem corrigidos.

De acordo com Silveira (1999), o turismo tem sido classificado como uma das principais atividades econômicas do mundo, estimulando governos e entidades a promover o desenvolvimento local e regional através da atividade.

2.2 Impactos do turismo

Como qualquer atividade econômica, se não bem planejada - o turismo - que é uma atividade crescente no mundo, pode resultar na desordem do espaço e nas relações de produção, provocando danos ao meio ambiente e as populações nativas.

Considera-se como impactos todas as alterações, negativas ou positivas, expressiva ou inexpressiva, sobre os meios naturais, sociais, culturais e econômicos. Para Ruschmann (2001), estes impactos estão relacionados as alterações eventuais, ou previstas, sobre a localidade receptora, através de ação de diversas variáveis de natureza, intensidade, direção e magnitude diferentes. Ainda ressalta que os impactos podem não ser relevantes em alguns casos, mas em outros comprometem as condições de vida ou a atratividade das localidades turísticas.

Segundo a EMBRATUR (1996), os impactos que o turismo pode trazer resulta em benefícios e prejuízos do ponto de vista econômico e social ,são eles:

Do ponto de vista econômico:

- » Benefícios: geração de rendas; criação e desenvolvimento de empresas; aumento da arrecadação de impostos; diversificação da economia; geração de empregos; maior distribuição e aumento da renda “per capita”; expansão das oportunidades locais; atração de investimentos diversificados.
- » Prejuízos: Aumento da economia informal; a especulação imobiliária; aumento do custo de vida; inflação e privilégios de benefícios econômicos.

Do ponto de vista social:

- » Benefícios: capacitação de mão de obra; melhoria da qualidade de vida; desenvolvimento da estrutura urbana; divulgação do local, região ou país; integração e desenvolvimento regional; contribuição para paz entre os povos; aumento de atividades de lazer; incremento da qualidade de prestação de serviços para a população; conscientização e educação da comunidade; aumento da mão de obra especializada; melhoria e desenvolvimento da infraestrutura e diminuição do índice de desemprego.
- » Prejuízos: imigração desordenada; trafico de drogas; acúmulo de lixo urbano e rural; aumento da poluição, congestionamento e trafico urbano, afetando diretamente na qualidade de vida da população; aumento da criminalidade e do vandalismo; desconforto e evasão da população local; desagregação familiar; novas doenças; problemas de infra-estrutura básica; aumento da prostituição; rejeição do turista pelos residentes; aumento da população sazonal e exploração do turista.

Segundo Barros (1999), dentre os aspectos culturais os impactos negativos do turismo podem afetar de forma geral como: destruição do patrimônio cultural e histórico; descaracterização do artesanato e da população; vulgarização das manifestações tradicionais e arrogância cultural e os impactos favoráveis podem ser a valorização do artesanato, a valorização da herança cultural, o orgulho étnico e a valorização e preservação do patrimônio histórico.

Ruschmann (2001), ressalta que para que a atividade turística proporcione efeitos favoráveis nas localidades receptoras, deve haver não só a

conscientização dos usuários, mas também uma planificação adequada dos governos, das empresas e das comunidades envolvidas. Esta planificação deve estar diretamente relacionada a visão da sustentabilidade dos projetos e ações turísticas, fundamentais para o sucesso e a minimização dos impactos negativos. Salienta ainda que não é tarefa fácil, prover oportunidade e acesso ao maior número de pessoas possíveis contrapõe-se a tarefa de proteger e evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e do patrimônio cultural das comunidades.

Sobre o meio ambiente natural, Ruschmann (2001 p.56) explana alguns aspectos

Impactos ambientais positivos	<p>Conservação e preservação de áreas naturais, de sítios arqueológicos e ainda de monumentos históricos;</p> <p>Os empreendedores turísticos passam a investir nas medidas preservacionistas;</p> <p>Promove-se a descoberta e a acessibilidade de certos aspectos naturais em regiões antes não valorizadas;</p> <p>A renda da atividade turística, ajuda implantação de equipamentos e outras medidas preservacionistas;</p> <p>Interação cultural e aumento da compreensão entre os povos;</p> <p>A recuperação psicofísica dos indivíduos, resultante do descanso, do entretenimento e do distanciamento temporário do cotidiano profissional e social;</p> <p>Favorece o aumento da renda e sua distribuição nas localidades receptoras;</p> <p>Ecologicamente, percebe-se uma utilização mais racional dos espaços e a valorização do convívio direto com a natureza.</p>
Impactos ambientais negativos	<p>Poluição visual que descaracteriza a paisagem original;</p> <p>Poluição do ar, maior produção e consumo de energia;</p> <p>Poluição sonora;</p> <p>Destruição da fauna e da flora;</p> <p>Maior produção de lixo;</p> <p>Degradação das paisagens de sítios arqueológicos e de monumentos;</p> <p>A construção não harmoniosa de equipamentos com o ambiente natural e o excesso de pessoas;</p> <p>Poluição das águas ,entre outros.</p>

Quadro 2 – Impactos no meio natural
Fonte: Adaptado de Ruschmann (2001)

2.2.1 Princípios para minimizar os impactos negativos do turismo

Como em qualquer outra atividade, o planejamento, um projeto bem elaborado, buscando basear-se nos conceitos da sustentabilidade, minimizam-se os impactos negativos, principalmente aqueles voltados para o meio naturais, sociais e culturais.

O turismo chamado alternativo traz menos impactos quando comparado com o turismo convencional ou de massa, obviamente pelo número de pessoas que se deslocam, o planejamento realizado, entre outros fatores.

Segundo Ruschmann (2001), alguns princípios para alcançar o equilíbrio entre o turismo e o meio ambiente, minimizando impactos negativos, são:

1. Conscientizar os empreendedores turísticos, estimulando a troca de experiências, de valorização de bons projetos, de seguirem um planejamento e de buscarem alternativas sustentáveis no seu desenvolvimento;
2. Utilizando equipamentos e serviços que provoquem danos ambientais menores;
3. Mudança comportamental através da educação e disseminação de novos conhecimentos e idéias;
4. Evitar a política de tudo ou nada, para não haver abuso de lado e comportamentos excessivamente conservadores em outro;
5. Estimular a utilização racional dos instrumentos legislativos e de sua regulamentação, a fim de haver melhor distribuição de ocupação ou crescimento de instalações em localidades com potencial turístico – melhor aproveitamento de espaços;
6. Incentivar um novo relacionamento entre turismo e meio ambiente, pois os lazeres, o turismo e as férias são um momento importante para a recuperação psicofísica dos indivíduos, além de proporcionar a oportunidade do homem com o seu meio. O cuidado para não degradar o meio visitado, respeitando e conhecendo a cultura, o meio e a comunidade visitada;
7. Estudar área por área na atividade turística na hora de se planejar ou explorá-la, pois cada localidade tem sua característica e suas peculiaridades.

Fica clara a necessidade de harmonia entre turismo e os meios naturais, culturais e sociais em prol de uma atividade bem desenvolvida e sustentável, estimulando assim novos critérios, normas, aplicação das leis de conservação ambiental, cultural

e incentivo à responsabilidade social nos projetos. A importância de comunidades, governos, entidades públicas e privadas seguirem estas diretrizes e normas para a perfeita exploração da atividade é imprescindível.

2.3 Segmentos da atividade turística

As modalidades turísticas existem porque há uma gama de segmentos dentre o que chamamos da indústria do turismo, devido ao tipo de exploração da atividade, da intenção do turista, do tempo de permanência no local visitado, o objetivo da viagem, além de diferentes tipos de ofertas da atividade.

Segundo Andrade (1998), as modalidades turísticas existem porque há vários valores inerentes as formas convencionais e às realidades da própria maneira de ser do turismo. O autor divide o turismo como:

- » **Turismo de férias ou de lazer:** São dias seguidos caracterizados pela cessação do trabalho habitual, dias destinados ao repouso a que os trabalhadores e estudantes fazem jus. São vários os tipos e duração das férias. É o tipo de turismo relacionado ao lazer, onde pessoas procuram destinos para descansar, fugir da rotina ou apenas se divertir. Dentre este tipo de turismo podemos citar algumas modalidades que se diferem pela oferta. **O turismo montanhês, o turismo balneário e o turismo de repouso.** O turismo balneário são aqueles relacionados aos rios, aos lagos, as nascentes, as praias, as piscinas artificiais e naturais, as cachoeiras, enfim onde há um atrativo relacionado às águas. O turismo montanhês, sempre atraem turistas por sua beleza e força, pelo seu mistério, pela diversidade de fauna e flora, pelo clima entre outros fatores, sejam montanhas de difícil acesso ou aquelas ao redor de grandes aglomerados; O turismo de repouso que acontece devido aos locais de trabalho e residência cansarem as pessoas, a rotina das ações e o convívio diário com o mesmo grupo de pessoas. É o tipo de turismo que pode ser uma viagem, mesmo curta e breve, desde que bem aproveitada, serve de oportunidade de reciclagem vital para a retomada das atividades cotidianas.
- » **O turismo cultural:** possui conotação restritiva e abrange exclusivamente as atividades que se efetuam através de deslocamentos para a satisfação de

objetivos de encontro com emoções artísticas, científicas, de formação de e informação nos diversos ramos existentes, em decorrência das próprias riquezas da inteligência e da criatividade humana. Tem como característica ou fundamento não a viagem em si, mas suas motivações, cujos alicerces se situam na disposição e no esforço de conhecer, pesquisar e analisar dados, obras ou fatos em suas variadas manifestações. O termo cultural é natural, puro e amplo pois abrange tanto a cultura própria do turista como o conjunto de hábitos, idéias e criações que ele pode assimilar ou não, em seu contato com novas realidades e convivências diferentes. Subdividi-se em dois tipos: **o turismo científico**, onde o interesse ou a necessidade de realização de estudos e pesquisas é o elemento motivador, que se caracteriza pelos interesses pessoais dos turistas ou visitantes para com as fontes e os objetos da ciência. Também chamado de viagem de estudos, excursão científica e viagem de pesquisas; **e o turismo de congresso ou de convenções** entende-se o conjunto de atividades exercidas pelas pessoas que viajam a fim de participar de congressos, convenções assembléias, simpósios, seminários, reuniões enfim de eventos em geral. Sua tipologia só se determina pela completa discriminação dos congressistas ou convencionais, pelos objetivos explícitos na própria programação do evento e pelo próprio tipo de reunião ou de encontro que se não for o fato determinante é o mais importante.

- » **O turismo de negócios:** é o conjunto de atividades de viagem, hospedagem, de alimentação e de lazer praticado por quem viaja a negócios referentes aos diversos setores das atividades ou para conhecer mercados, firmar convênios, treinar e conhecer novas tecnologias, vender ou comprar bens ou serviços, também chamado de turismo técnico ou viagem de negócios.
- » **O turismo desportivo:** são torcedores, atletas em níveis regionais, nacionais e internacionais com objetivo de acompanhamento, desempenho e participação exercida em eventos desportivo. Nesta classificação também se enquadram os caçadores, os pescadores, os mergulhadores, os esquiadores os montanhistas e outros. Iniciou-se na Grécia Antiga com a realização dos primeiros Jogos Olímpicos, que embora de natureza religiosa, tinha como ponto mais alto as varias competições atléticas;

- » **O turismo de saúde:** conjunto de atividades turísticas na procura de meios de manutenção ou de aquisição de bom funcionamento e sanidade de seu físico e de seu psiquismo, também chamado de turismo de tratamento ou terapico. Os núcleos receptivos como spas, estância climáticas e hidrominerais, geralmente não sofrem com sazonalidade pois não estão diretamente ligadas as férias ou estações climáticas e sim aos seus próprios recursos terapêuticos, de lazer e conforto;
- » **O turismo religioso:** conjunto de atividades com utilização de equipamentos e a realização de visitas a receptivos que expressam sentimentos místicos, religiosos ou suscitam a fé, a esperança e a caridade aos crentes ou pessoas vinculadas a religião, são conhecidos através das romarias, peregrinações ou busca por milagres.

Na atualidade podemos citar outros diversos tipos de turismo que surgiram devido as diferentes necessidades ou razões de viagens, a especialização dos locais receptivos com potenciais únicos e a exigente demanda turística. Entre eles: o turismo de natureza que se subdivide em turismo verde, ecoturismo, turismo rural ou agroturismo, turismo de aventura; o turismo de contemplação entre outros.

Como ressalta a EMBRATUR (2005), em razão do caráter dinâmico da atividade turística, somado a necessidade da promoção do desenvolvimento, surgem novos segmentos turísticos, principalmente aqueles relacionados à natureza, devido a grande diversidade natural de fauna e flora, clima e relevos do nosso planeta.

2.4 Turismo x natureza

Segundo Rabahy (1990), a busca e o contato direto com a natureza tem sido características da demanda turística contemporânea, porém os recursos naturais são limitados e a atividade turística se localiza preferentemente em áreas onde estes recursos são mais disponíveis. A sensibilização e a conscientização da importância da natureza e do meio ambiente como um todo, para o desenvolvimento de qualquer atividade turística, dado que em muitos países se constituem no atrativo turístico em si, além da importância da qualidade de vida da população residente e visitante,

competete ao setor público e necessita da iniciativa privada indicar e regular a forma de seu uso, sempre levando em conta benefícios sociais, culturais e naturais.

Estima-se que o turismo relacionado a natureza é o que mais tem se desenvolvido, enquanto a atividade turística cresce a uma taxa média anual de 4%, o turismo de natureza cresce a uma taxa de 10% a 30% ao ano. Este tipo de turismo é aquele que faz uso de recursos naturais relativamente bem preservados, como por exemplo, paisagens, águas, vegetação e vida silvestre. Fazem parte deste segmento o turismo de pesca, os safáris de caça, os safáris fotográficos, o turismo de aventura, o ecoturismo, o turismo rural etc. (CEBALLOS-LASCURÁIN, 1996).

O turismo de massa – que se caracteriza pelo deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano – não combinam com alguns tipos de turismo, principalmente os relacionados ao meio ambiente, como o ecoturismo, turismo rural, turismo de aventura, o turismo verde ou alternativos e sustentáveis como são chamados de uma forma geral. Não combinam devido ao excesso de pessoas num mesmo local – a natureza não suporta; a falta de infra-estrutura básica nos locais - gerando excesso de despejos sanitários, produção de lixo, entre outros agravantes relacionados aos aspectos sociais, culturais e naturais.

Como ressalta Silveira (1999), o turismo alternativo é visto como um dos campos mais propícios para se por em prática o desenvolvimento sustentado, pois respeita a capacidade de absorção dos espaços de recepção, dos estornos naturais além de promover a conservação dos recursos locais, físicos e humanos.

Segundo Tulik (1999), o turismo relacionado a natureza gera diversos termos, expressões e conceitos, o quadro a seguir mostra algumas destas variações do turismo no meio rural.

Barreto (2000), salienta como uma das tendências atuais o retorno do hotel familiar, a pousada e os refúgios em lugares distantes dos grandes centros, onde é valorizada a convivência com os proprietários e participação no dia-a-dia da vida no campo. Esta tentativa atual de valorização no meio natural faz com que os tipos de turismo voltados para a natureza constituam as formas mais promissoras desta atividade, incluindo o turismo em áreas rurais.

Tipos de Turismo no Espaço Rural	Características
Turismo verde	Desenvolvido em áreas naturais pouco alteradas; Desfrute dos bens naturais, culturais e sócio-produtivos.
Agroturismo	Surgiu na Itália nos anos 60; É uma das formas de Turismo Rural mais difundidas; Tem a finalidade de mostrar e explicar a organização e sistemas de produção no campo assim com propiciar experiências relativas a vida rural camponesa.
Turismo campestre	Desfrute da cultura camponesa; Presença de hotelaria de pequeno porte.
Turismo de habitação	Desfrute do valor arquitetônico (solares e edificações) e contato com a natureza e usos e costumes da população; Presença ao acolhimento familiar; Encontrado em Portugal.
Turismo de estância	Desfrute das atividades rotineiras; Número reduzido de turistas/hóspedes; Presença de alojamento em construções senhoriais- hotelaria de estâncias; Encontrado na Argentina.
Turismo de granja	Desfrute de convívio da família do proprietário; Presença de participação nas atividades cotidianas; Encontrado na Europa, Estados Unidos, Nova Zelândia, África do Sul e Uruguai.
Turismo naturalista	Apoiado na idéia do turismo ligado a natureza em seu sentido mais amplo.
Turismo de retorno	Praticado por pessoas que emigram da área rural para a cidade; Desfrute do espaço rural para descanso, visitas a parentes e amigos em férias e fins de semana; Encontrado na Espanha e Argentina.

Quadro 3 – Tipos e características do turismo no espaço rural
Fonte: Adaptado de Tulik (1999, p.138) e Molina (2001)

2.5 Turismo rural

O relevante número de propriedades rurais que vem desenvolvendo algum tipo de atividade turística em suas atividades, faz com que se torne imprescindível a estruturação e a caracterização do turismo nestas propriedades, para que esta tendência não ocorra de forma desordenada. Só assim o Turismo Rural poderá

consolidar-se como uma opção de lazer para o turista e uma importante e viável oportunidade de renda para o empreendedor rural. São estes os motivos que fizeram a EMBRATUR, juntamente com profissionais do setor, estudiosos e diversas entidades públicas e privadas a realizarem vários encontros e debates a fim de criar as diretrizes para o turismo rural, visando organizar este tipo de turismo como atividade que agrega valor ao produtor e seus produtos, contribui para a conservação do meio ambiente e para valorizar a ruralidade brasileira.

Segundo a EMBRATUR (2005) o turismo rural foi inserido no Plano Nacional de Turismo 2003 – 2007, proposto pelo Ministério do Turismo por abordar características positivas como:

- » Diversificar a oferta turística;
- » Aumentar postos de trabalho e de renda no meio rural;
- » Valorizar a pluralidade e as diferenças regionais;
- » Consolidar produtos turísticos de qualidade; e
- » Interiorizar a atividade turística.

Além de ser considerado um segmento que realmente consolida-se com o desenvolvimento sustentável.

No Brasil é um segmento relativamente novo, porém de profunda expansão. Este crescimento pode ser explicado principalmente por duas razões: a necessidade que o produtor rural tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos e por outro lado, a vontade dos moradores de grandes metrópoles de reencontrar suas raízes, e conviver com a natureza, costumes, tradições e com as formas de produção das populações do interior. Proporcionando o contato direto do produtor com o consumidor final, que consegue vender, além da hospedagem e/ou permanência, seus produtos *in natura* (frutas, ovos, verduras, etc.) ou beneficiados (compotas, bolos, queijos, etc.). Assim consegue-se alcançar preços melhores para os dois lados da transação, sendo mais rentável para o produtor, que agrega um valor “fresco e puro” ao produto, barato e saudável e para o consumidor, que evita pagar o lucro de intermediários e valoriza o produtor.

A produção de turismo no meio rural ou simplesmente “Turismo Rural” , como usualmente se denomina na Europa e na América do Norte, corresponde ao exercício de atividades turísticas desenvolvidas em áreas rurais (SARTOR, 1981).

Cals, Cappellà e Vaquué (1995), referem-se a Turismo Rural para designar as atividades com maiores ligações com a vida rural, sua economia, ambiente e cultura, e utilizam a expressão turismo no espaço rural ou em áreas rurais quando se refere à totalidade dos movimentos turísticos que desenvolvem no meio rural.

Todas as definições do turismo Rural estão relacionadas as atividades que geram ocupações complementares às atividades agrícolas e que continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade rural, em menor ou maior intensidade. Devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e de valorização dos bens não materiais existentes nas propriedades rurais como ar puro, beleza cênica, natureza, a agricultura e etc..

Muitas práticas que ocorrem no espaço rural não são, necessariamente, Turismo Rural, e sim atividades de lazer, esportivas ou ócio, porém como ressalta a EMBRATUR (2005), estas propriedades devem ter ciência que podem gerar novos postos de trabalho e muitos outros benefícios e, de modo geral, podem contribuir para o desenvolvimento de outras atividades econômicas na região.

Segundo a EMBRATUR (2005), a conceituação de Turismo Rural fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. Com base nesses aspectos, e nas contribuições dos parceiros de todo o País, define-se Turismo Rural como: “o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade”.

Para chegar a esta conceituação de Turismo Rural, foi utilizado com referência os termos: atividades turísticas no meio rural, meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural, conforme Anexo A.

2.5.1 Benefícios do turismo rural

Segundo a EMBRATUR (2005), a prática do Turismo Rural no Brasil e em outros países, vem proporcionando alguns benefícios, como:

- » Diversificação da economia regional, pelo estabelecimento de micro e pequenos negócios;

- » Melhoria das condições de vida das famílias rurais;
- » Interiorização do turismo;
- » Difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias;
- » Diversificação da oferta turística;
- » Diminuição do êxodo rural;
- » Promoção de intercâmbio cultural;
- » Conservação dos recursos naturais;
- » Reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza;
- » Geração de novas oportunidades de trabalho;
- » Melhoramento da infra-estrutura de transporte, comunicação e saneamento;
- » Criação de receitas alternativas que valorizam as atividades rurais;
- » Melhoria dos equipamentos e dos bens imóveis;
- » Integração do campo com a cidade;
- » Agregação de valor ao produto primário por meio da verticalização da produção;
- » Promoção da imagem e revigoração do interior;
- » Integração das propriedades rurais e comunidade;
- » Valorização das práticas rurais, tanto sociais quanto de trabalho;
- » Resgate da auto-estima do camponês.

Além destes benefícios diretos, o Turismo Rural pode ser visto como importante instrumento para valorização da agricultura familiar, sensibilização da importância dos recursos naturais – educação ambiental e para promover o comércio das cidades vizinhas das propriedades rurais.

2.5.2 Panorama do turismo rural no mundo

Segundo a EMBRATUR (2005), a iniciativa de criação de locais na zona rural para o pousio de visitantes surgiu nos Estados Unidos, da necessidade de hospedar quem viajava por regiões despovoadas a fim de caçar ou pescar. Com o passar dos anos, foi ficando evidente que o correto manejo dos serviços prestados poderia significar uma importante fonte de renda. Assim, foram sendo desenvolvidos

serviços extras aos hóspedes, como guias e cavalgadas, passando os locais a serem chamados de *working farm*, *working ranch*, *guest farm* ou *ranch resort*.

Segundo Giangiordano (1997), a exploração deste tipo de segmento do turismo em outros países, já é bem expressivo, atingindo em média 20 a 30% do setor. Na Irlanda, 20% dos pernoites turísticos ocorrem em casas de campo. Na Áustria e Suíça, 20% dos agricultores recebem turistas, na Holanda e Alemanha 4% e na França 2%. Em Portugal, 30% das pessoas que viajam nas férias se deslocam para o interior, enquanto na Espanha esse número é de aproximadamente 27%. Na Itália, diversas propriedades rurais oferecem a turistas a possibilidade de pernoitarem nas fazendas e acompanharem o processo de produção de queijo e vinho, acompanharem no amplo sentido pois muitas propriedades até pagam para os visitantes trabalhem enquanto hospedados, na produção e colheita das uvas. Os proprietários das estâncias argentinas (inicialmente da Patagônia) descobriram, no final da década de sessenta quando houve um período de desvalorização na atividade pecuária que a abertura de suas propriedades para interessados em caça e pesca poderia colaborar em muito para o aumento de renda.

Segundo levantamento feito pela Coordenadoria de Turismo do Estado de São Paulo e Sebrae, em 1998, para catalogar as propriedades que desenvolvem o Turismo Rural nos estados brasileiros, muitas fazendas iniciaram as atividades turísticas de forma extremamente amadora, sem registros nos órgãos responsáveis, sem planejamento, sem uma infra-estrutura básica para receber turistas, sem uma pesquisa ou divulgação do setor, sem a contratação de mão de obra especializada enfim, sem nenhuma estrutura básica necessária para este tipo de atividade, o que nos mostra a falta de dados e de arrecadação de divisas deste segmento no Brasil, além de confundir o turista na hora de decidir o destino e prejudicar os que exploram a atividade de forma correta.

Atualmente existem cerca de 3.000 estabelecimentos deste tipo registrados no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA (órgão federal responsável pela fiscalização) em todo o país, embora este número represente uma porcentagem bem abaixo da situação real. Essa forma clandestina e despreparada de inserir o turismo na propriedade vem acontecendo constantemente em todo o Estado de São Paulo.

Por não serem regulamentadas, muito menos planejadas, muitas propriedades que executam o Turismo Rural, causam danos ao meio ambiente como por exemplo, excesso de carga, falta de tratamento de esgotos, exploração inadequada dos

recursos naturais entre outros agravantes, causando até o retrocesso do seu próprio negócio e as vezes a sua falência.

2.6 Turismo sustentável

Atualmente, o crescimento acelerado da atividade turística, faz-se presente em todas as reuniões técnicas e científicas do setor a discussão sobre novas formas de turismo. Principalmente para os tipos de turismo relacionados aos recursos naturais.

A OMT (2004), considera como seguro e sustentável, o turismo que possui entorno humano e institucional envolvendo aspectos físicos e ambientais capazes de influenciar diretamente nas condições de saúde, qualidade de vida e segurança das pessoas e comunidades.

Constatou-se que o turismo de massa e o conseqüente super-dimensionamento dos equipamentos receptivos para atendê-los não tem trazido a rentabilidade esperada devido, principalmente, à sazonalidade desses fluxos. Além disso, este tipo de turismo tem contribuído para agressões socioculturais nas comunidades receptoras e para origem de danos, muitas vezes irreversíveis, nos recursos naturais (RUSCHMANN, 2001).

Muitos destes problemas, ainda conforme a mesma autora, tem acontecido principalmente pela falta da “cultura turística”, dos visitantes fazendo com que estes se comportem de forma alienada ao meio que visitam. Acreditam que não influenciam as culturas receptoras e não tem nenhuma responsabilidade na preservação e conservação da natureza, pois entendem que seu tempo livre é sagrado; devem usufruir daquilo que pagaram e sua permanência é tão rápida que não chega a alterar ou influenciar o local visitado.

Por todos estes motivos citados acima, principalmente o da degradação (cultural, social e ambiental) nos locais receptores, e para conter outros impactos negativos da atividade, que vem sendo propostos outras formas de turismo. É neste momento que surge o turismo ecológico, ou alternativo, recentemente chamado de turismo sustentável, sendo caracterizado por viagens individuais ou de pequenos grupos, atividades relacionadas com a natureza, o alojamento em estabelecimentos pequenos, com serviços personalizados e, às vezes, até realizados pelos próprios

turistas, um segmento do turismo que respeita a cultura, os costumes e os valores do local visitado.

Os equipamentos e serviços instalados para atender o turismo de massa provocam uma série de efeitos negativos sobre o meio ambiente: a destruição da cobertura vegetal do solo, a devastação das florestas para construção de grandes complexos turísticos (hotéis, parques temáticos etc), a ameaça de extinção de várias espécies da fauna e flora, a poluição sonora, a visual e a atmosférica, além da contaminação das águas de rios, lagos e oceanos. Porém não é o turismo o único responsável pela degradação do meio ambiente. O vazamento de petróleo nos oceanos, a descontrolada produção de lixo, a falta de tratamento de resíduos, as queimadas nas florestas para utilização do solo para outros fins, são acontecimentos corriqueiros que colocam a sobrevivência das vidas no planeta em risco.

Como alerta Ruschmann (2001), perto destes desastres, os efeitos da atividade turística se tornam insignificantes, porém a atividade em si e os profissionais do setor possuem grande responsabilidade na preservação da natureza, que no caso é a matéria prima para atividade turística. Por isso, torna-se imprescindível estimular o desenvolvimento harmonioso e planejado do turismo; se não houver equilíbrio com o meio ambiente, com aspectos sociais e culturais, a atividade turística comprometera sua própria sobrevivência.

O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (1995), define Turismo sustentável como “[...] o turismo explorado de forma consciente, organizado e planejado, onde se permite a sua continuidade”.

O quadro a seguir mostra que as metas econômicas, sociais, ambientais e de recursos devem ser analisadas simultaneamente para alcançar os valores e princípios do turismo sustentável.

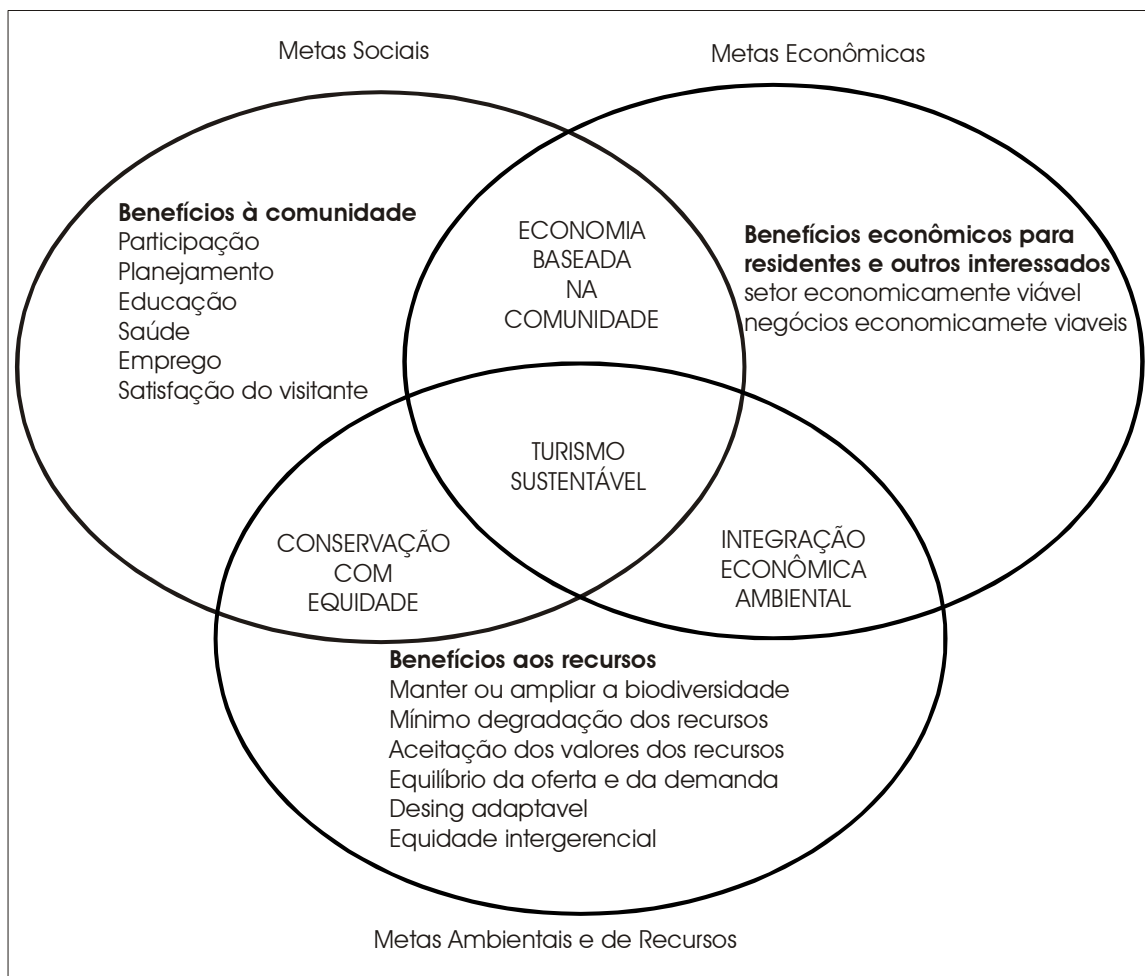


Figura 1 – Valores e princípios do turismo sustentável
Fonte: Hall (2001, p.33)

2.7 Conclusão do capítulo

O turismo vem fomentando a economia de muitos destinos, é um dos setores nas atividades econômicas que mais cresce no mundo, gerando muitas oportunidades de trabalho e trazendo muitas divisas para a economia nacional. Porém este quadro só acontece quando ocorre a exploração da atividade turística de forma ordenada, planejada, visando benefícios culturais, sociais e ambientais para as localidades receptoras.

O turismo de massa pode trazer benefícios econômicos para as localidades, porém, promove ao mesmo tempo consequências sócio-espaciais marcantes, particularmente em áreas de grande fragilidade ambiental (litoral, pantanal, mangues, encostas, entre outros) e cultural (comunidades isoladas, com tradições típicas, entre outros). É o tipo de turismo que necessita de muita infra-estrutura,

muitos investimentos por parte da iniciativa pública e privada para minimizar os impactos negativos deixados por este segmento.

Conclui-se que o conceito de turismo sustentável, em todos os segmentos da atividade turística, é o que melhor se enquadra para o desenvolvimento econômico, ambiental, social e cultural das localidades receptoras. Deve ser explorado de forma planejada, utilizando mão de obra local especializada sempre visando o desenvolvimento sustentável do local e região.

O turismo rural surge dentro deste conceito de sustentável, trazendo inúmeros benefícios para as regiões rurais receptoras, desde que explorado também de forma planejada, seguindo diretrizes de planejamento e desenvolvimento da atividade. É um segmento promissor devido à grande área rural, à diversidade cultural e social que o Brasil possui, além de estimular a agricultura de forma geral.

Fica clara a necessidade, seja qual for o segmento da atividade turística, de um bom planejamento, adequado ao setor e dentro dos conceitos da sustentabilidade.

3 MEIO AMBIENTE

Duas palavras que se complementam, meio e ambiente. Valenti (1984) coloca que as palavras meio ambiente provem do francês “milieu ambience”, onde “milieu” significa o lugar onde está ou onde se movimenta um ser vivo, e “ambience” designa o que rodeia este ser.

Entende-se por tudo que está ao nosso redor, as pessoas, os animais, as matérias primas, os objetos, os ecossistemas enfim o mundo. Ruschmann (2001), acrescenta que os recursos construídos pelo homem, tais como cidades, padrões comportamentais etc, também fazem parte desta denominação - meio ambiente.

E são estes, os padrões comportamentais que entram em conflito com o próprio meio. Atualmente a degradação, a destruição, o consumo desenfreado vem aumentando muito trazendo sérios danos ao meio ambiente. Esta história não começou nos tempos atuais, hoje apenas a escala é bem maior, a relação negativa do homem com a natureza vem fortemente após a Revolução Industrial. Foi quando o capitalismo dominou os sistemas de produção, gerando maior extração e exploração predatória de recursos naturais para suprirem o mercado externo e o modelo de produção da época.

Segundo Foladori (2001), não só a Revolução Industrial (século XVIII), como todas as revoluções do século XIX são as responsáveis pelas divergências da relação do homem com a natureza. Ocorreram explorações de todos os gêneros, humanas, sociais e principalmente dos recursos naturais.

O tipo de exploração que o homem vem exercendo sobre o meio ambiente modifica-se constantemente. Os problemas relacionados ao meio ambiente surgiram a partir do momento que o homem passou a utilizar ferramentas, o que além da exploração sobre os recursos ter intensificado começaram surgir grandes aglomerados urbanos, mas tarde as cidades, trazendo junto com isso um aumento de resíduos, alterações provocadas no meio ambiente, um maior domínio do homem sobre a natureza.

A exploração só aumentou com o passar dos anos, gerando cada vez mais prejuízos ao meio ambiente. Apenas por volta dos anos 30 que começaram a surgir grupos preocupados com esta degradação.

3.1 A evolução da percepção ecológica

A consciência ecológica está mais presente nas gerações atuais, graças a muitas lutas, debates, encontros, acordos, enfim uma série de acontecimentos que despertaram a população dos perigos do tipo de desenvolvimento em relação ao meio ambiente. Existe hoje, apesar de limitado perto das proporções do desastre ecológico, uma nova percepção.

Segundo Kohlrusch (2003), uma percepção voltada à preocupação com os recursos naturais, com os rejeitos, com o reaproveitamento de recursos, com a poluição, com relação às atividades do homem com o seu meio, com os impactos que vem causando de maneira direta e indireta à natureza. Ressalta ainda que a comunidade está respondendo e se fazendo representar por órgãos politicamente direcionados e orientados, como organizações ambientais, grupos observadores e os partidos verdes, são estes que cobram das empresas e da população uma responsabilidade pelos seus atos ambientais.

O quadro abaixo aponta os principais acontecimentos, desde o século XIX, voltados à evolução da questão ecológica, humana e de desenvolvimento, que serviram e servem de alicerce para a percepção da população em relação ao meio ambiente e as formas de desenvolvimento.

Século XIX	Filósofos (principalmente os orientais), santos cristãos, cientistas e pensadores já alertavam sobre a importância do respeito à natureza. Naturalistas e artistas faziam movimentos contra a destruição ambiental.
Século XX	<p>1933 a carta de Atenas critica as cidades – Uma imagem do Caos.</p> <p>Iniciaram após as duas grandes guerras. Os efeitos foram devastadores.</p> <p>Início da Mudança de Valores.</p> <p>Revolução Ambiental ou Movimento Ecológico</p> <p>No Brasil – 1934 – 1ª conferência Brasileira de Proteção a Natureza.</p> <p>1937 - criado o 1º Parque Nacional Brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia.</p> <p>1945 - criada a Organização das Nações Unidas (ONU), preocupada com temas como a paz, os direitos humanos o desenvolvimento e a proteção ambiental.</p> <p>1948 - Criada a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) por grupo de cientistas vinculados a ONU com o intuito de incentivar o crescimento da preocupação internacional em torno de problemas ambientais.</p> <p>1949 - Conferência Científica das Nações Unidas sobre a conservação e utilização de recursos.</p> <p>1958 – estabelecida no Brasil a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza.</p>

continua

continuação

Década de 60	<p>Início de movimentos que criticavam o modo de produção e vida.</p> <p>Começaram a aparecer a partir dos anos 60 as 1ª Organizações Não Governamentais (ONG). O <i>World Wildlife Found</i> (Fundo para vida selvagem, hoje <i>World Wild Fund for Nature</i> – WWF) ONG ambiental criada em 61 de espectro internacional.</p> <p>1962 – Rachel Carlson, publica o livro <i>Silent Spring</i> (Primavera Silenciosa) denunciando os estragos causados pelo DDT e outros agrotóxicos que contribuíram para a proibição do uso destas substâncias e posteriormente para a criação da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos da América (EPA).</p> <p>1968 – Clube de Roma, criado na Academia de Wncei, em Roma, 30 pessoas de 10 países se reuniram para debater a crise e o futuro da humanidade.</p> <p>1968 – Conferência Governamental para uso racional e conservação da biosfera organizada pela UNESCO.</p> <p>1968 – 1970 – Período importante, pois a comunidade estava preocupada com a poluição, o crescimento populacional e a quantidade de energia.</p>
Década de 70	<p>Década da Criação de diversas Organizações Internacionais relacionadas a problemas ambientais no mundo. E os primeiros movimentos ambientalistas organizados, por exemplo, o Dia da Terra criado em 1970.</p> <p>O EPA estimulou a criação da Lei do Ar Puro, Lei da Água Pura, Lei da Recuperação e Conservação dos Recursos.</p> <p>1971 – Surge o <i>Greenpeace</i>.</p> <p>1972 – Criação do Selo Ecológico na Holanda.</p> <p>1972 – Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano ou Conferência de Estocolmo, com a participação de 113 países.</p> <p>1972 – 1º Relatório de Clube de Roma, <i>The Limits to Growth</i> (Os Limites do Crescimento) que incentivou a criação do documento <i>Blueprints for Survival</i> (Plano para Sobrevivência) considerado o primeiro programa a unir realidade ecológica e sistema social.</p> <p>Gerou o PNUMA (<i>United Nations Enviromental Programme</i> – UNEP Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente).</p> <p>Fundo Voluntário para o Meio Ambiente gerido no PNUMA.</p> <p>Foi instituído o Dia Mundial do Meio Ambiente, cinco de junho.</p> <p>1973 – 1974 – Primeira crise mundial do petróleo que despertou o pensamento do consumo dos recursos naturais.</p> <p>1974 – Declaração de Cocoyok, alerta que a pobreza é que gera a destruição dos recursos naturais.</p> <p>1975 – Relatório Dag-Hammarskjöld aborda abuso do poder e degradação ambiental.</p> <p>1978 – Criação do Selo ecológico na Alemanha.</p> <p>Os Estados Unidos começam a exigir Estudos de Impactos Ambientais.</p>
Década de 80	<p>Início das leis que regulamentam a atividade industrial X poluição como o EIA/RIMA Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto do Meio Ambiente.</p>

continua

continuação

Década de 80	<p>1980 – A UICN, o PNUMA e o Fundo para a Vida Selvagem (WWF) lançaram o <i>World Conservation Strategy</i> (Estratégia Mundial para conservação) propondo práticas condizentes de desenvolvimento X sistemas biológicos.</p> <p>1983 – Criado pelo PNUMA a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), também conhecido como Comissão Brundtland, com o objetivo de formular propostas realistas de solução sobre problemas críticos. Finaliza os estudos, debates e trabalhos em 1987 com o relatório <i>Our Common Future</i> (Nosso Futuro Comum) ou Relatório Brundtland, onde foca “uma nova era de crescimento econômico apoiado em práticas que conservem e expandam a base de recursos naturais” (1991)</p> <p>1987- Convenção de Brasileira – acordo proibindo descarte de resíduos perigosos em países que não possuem capacidade técnica para tratá-los.</p> <p>1988 – A revista Time publicou uma matéria “O ano que a Terra Falou” abordando inúmeros acontecimentos catastróficos como das queimadas e secas.</p>
Década de 90	<p>1990 – Começou a ser criado a Agenda 21, para ser assinada pelos países na RIO 92 - Pacto de desenvolvimento sustentável entre governantes, setor produtivo e civil, além da criação de Metas para atingir no século XXI, transformada em Programa 21 pela ONU. O documento aborda o plano de ação, resumo de diversos relatórios, tratados, protocolos com a intenção de orientar as nações e comunidades no transição para o desenvolvimento sustentável local.</p> <p>1991 – UICN, PNUMA e WWF lançam <i>Caring For the Earth</i> (Cuidando do Planeta Terra) documento que reforça a estratégia mundial para a conservação.</p> <p>1992 – Conferencia das nações Unidas sobre Meio Ambiente (CNUMAD) conhecida como RIO 92, ECO 92 ou Cúpula da Terra. Alertou o mundo sobre os perigos que ameaçam a vida na Terra e a Importância do Desenvolvimento Sustentável nas Sociedades.</p> <p>A Rio 92 iniciou um ciclo de conferências abordando desenvolvimento, meio ambiente e direitos humanos.</p> <p>1993 – Viena – Conferência sobre mudança climática.</p> <p>1994 – Cairo – Conferência sobre população e desenvolvimento.</p> <p>1995 – Copenhague – Conferência sobre desenvolvimento social.</p> <p>1995 – Pequim – Conferência sobre mudanças climáticas.</p> <p>1996 – Istambul – Conferência sobre assentamentos urbanos.</p> <p>1997 – Encontro não oficial denominado Rio + 5 no Rio de Janeiro para avaliar o andamento da agenda 21 com conclusões não muito animadoras, pois quase nada havia sido feito.</p> <p>Nesta década sugeriram o Tratado de Kyoto – tratado sobre mudanças climáticas para os países reduzirem as emissões nocivas.</p> <p>Década da gestão ambiental – em resposta ao setor produtivo necessitando gerenciar melhor seus recursos.</p> <p>Instalado pela <i>International Organization for Standardization</i> (ISO) na Suíça – Comitê técnico sobres normas, gestão ambiental e suas ferramentas.</p>
2000	<p>Na UNESCO em Paris foi aprovada a Carta da Terra, que serve como um código ético planetário sobre sustentabilidade, equidade e justiça.</p> <p>2002 – Rio + 10 em Joanesburgo na África do Sul, foram negociações oficiais concentradas em torno da agenda 21.</p>

continua

continuação

2000	2002 – Assinado o acordo chamado Geração IV entre Brasil, Estados Unidos, Argentina e mais sete países para desenvolver tecnologias nucleares mais limpas e seguras.
------	--

Quadro 4 – A evolução da percepção ecológica

Fonte: Adaptado de Camargo (2002)

O quadro resume os acontecimentos mais importantes relacionados a questões ambientais e mostra a evolução da percepção ecológica e suas demissões.

Um passado que nos faz presente quando relacionado a formas de desenvolvimento, a meio ambiente, ao desenvolvimento humano e seus direitos. Esta nova percepção ecológica propõe a mudar, que seja sozinho, com atividades locais, a forma como o homem se relaciona com o Planeta, pois é este que fornece tudo a atual geração, e sem atividades de preservação e conservação, deixará de fornecer para as gerações futuras.

3.2 Desenvolvimento sustentável

As preocupações relacionadas ao meio ambiente e as formas de desenvolvimento foram abordadas na Conferência de Estocolmo em 1972 que abordou como lema “*Uma Terra Só*”, tornando-se um marco fundamental na evolução da percepção dos problemas relacionados com o binômio desenvolvimento-meio ambiente. Foi neste encontro que foi criado no âmbito da Organizações das Nações Unidas (ONU), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Após a Conferência de Estocolmo e o Clube de Roma (encontro dos defensores de um desenvolvimento organizado) realizado em 1968, o grande apoio das Organizações Não Governamentais (ONGS) e dos estudiosos que defendiam o controle no crescimento da população, do consumo desenfreado, enfim de um desenvolvimento mais controlado, foram de extrema importância para consolidar a percepção da necessidade de encontrar um outro modo de desenvolvimento versus crescimento – o desenvolvimento sustentável. Os encontros foram sede de debates sobre os riscos da degradação do meio ambiente, que já vinham sendo discutidos desde os anos 60. Foram na contra mão da sociedade - denominada industrial da época, onde a teoria do crescimento contínuo predominava.

O termo ecodesenvolvimento que surgiu pela primeira vez em 1980, num documento solicitado pelo PNUMA para *World Wildlife Fund* (hoje, *World Wide Fund for Nature* – WWF) enfatiza que uma estratégia mundial para a conservação da natureza deve alcançar os seguintes objetivos:

- » Manter os processos ecológicos essenciais e os sistemas naturais vitais necessários à sobrevivência e ao desenvolvimento do Ser Humano;
- » Preservar a diversidade genética; e
- » Assegurar o aproveitamento sustentável das espécies e dos ecossistemas que constituem a base da vida humana.

O objetivo de conservar, segundo este documento, é o de manter a capacidade do planeta para sustentar o desenvolvimento, e este deve, por sua vez, levar em consideração a capacidade dos ecossistemas e as necessidades das futuras gerações (BARBIERI, 1997).

Ecodesenvolvimento caracteriza uma concepção alternativa de política de desenvolvimento, ultimamente, este conceito vem sendo substituído pelo termo desenvolvimento sustentável. Ignacy Sachs (1993) formulou seis aspectos, que deveriam guiar os caminhos do desenvolvimento: a satisfação das necessidades básicas; a solidariedade com as gerações futuras; a participação da população envolvida; a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; a elaboração de um sistema social garantido emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e programas de educação.

Maimon (1996), define desenvolvimento sustentável como uma busca simultânea da eficiência econômica, da justiça social e da harmonia ambiental, considerando como um novo modelo baseado no processo de mudança, no qual todos os fatores relacionados, como formas de exploração de recursos, e orientação de investimentos, devem atender aos interesses das futuras gerações.

No Relatório Brundtland da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, definiu-se que: “desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades”, colocando como fator condicionante para acontecer, o atendimento das necessidades básicas de todas as pessoas, e oportunidades para a concretização de aspirações de uma vida melhor.

E em 1987 quando se encerram os trabalhos da Comissão, foi elaborado o relatório *Nosso Futuro Comum*, tendo como núcleo central a formulação dos princípios do desenvolvimento sustentável, onde considera além do conceito elaborado pelo relatório Brundtland que:

[...] o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e o futuro, a fim de atender as necessidades e aspirações humanas (CMMAD, 1988, p.48).

Este relatório menciona entre outras questões as relações entre pobreza e degradação ambiental e a necessidade de encontrar novos padrões de produção e consumo sustentável para estas e as futuras gerações. Para a relatora do relatório, a ministra Gro Harlem Brundtland, o desenvolvimento sustentável é a única maneira viável de assegurar o futuro do Planeta.

Barbieri (1997), coloca que desenvolvimento é um ato que todas as pessoas querem fazer para melhorar o meio em que vivemos.

Desenvolvimento sustentável torna-se a maneira de desenvolvimento ao qual toda a população deve orientar-se quando relacionado a exploração de recursos, das peculiaridades culturais, históricas e ecológicas, para a perfeita harmonia entre desenvolvimento e crescimento saudável, garantindo assim os recursos do Planeta para a atualidade e para o futuro.

3.3 Sustentabilidade

Segundo Barbieri 1997, o conceito de sustentabilidade tem origem nas Ciências Biológicas e aplica-se aos recursos naturais, principalmente aos que podem se exaurir pela exploração descontrolada. E esta sustentabilidade depende de como os recursos naturais são explorados que, por sua vez, depende das condições políticas, econômicas e culturais que determinam o que a sociedade pretende fazer com ela, enfim dependem do tipo de desenvolvimento praticado.

O relatório *Nosso Futuro Comum*, (CMMAD, 1991), coloca quatro questões importantes para o entendimento da sustentabilidade. São elas:

1. Os desgastes do meio ambiente estão interligados, por exemplo, o desflorestamento, a erosão do solo e a formação de depósitos sedimentares em rios e lagoas;
2. Os desgastes ambientais e os padrões de desenvolvimento econômico se interligam;
3. Os problemas ambientais e econômicos estão ligados a vários fatores sociais e políticos;
4. Os ecossistemas transpassam as fronteiras nacionais.

Para Sachs (1993), o conceito de sustentabilidade não pode se limitar apenas a visão tradicional de estoques e fluxos de recursos naturais e de capitais, é necessário considerar simultaneamente as seguintes dimensões:

- » **Sustentabilidade social**, com o objetivo de melhorar substancialmente os direitos e as condições de vida das populações e reduzir as distâncias entre padrões de vida dos grupos sociais;
- » **Sustentabilidade econômica**, viabilizada por uma alocação e gestão eficiente dos recursos, avaliada muito mais sob critérios macrossociais do que microempresarial e por fluxos regulares de investimento públicos e privados;
- » **Sustentabilidade ecológica**, envolvendo medidas para reduzir o consumo de recursos e a produção de resíduos, medidas para intensificar as pesquisas e a introdução de tecnologias limpas e poupadoras de recursos e para definir regras que permitam uma adequada proteção ambiental;
- » **Sustentabilidade espacial**, contemplando uma configuração mais equilibrada da questão rural urbana e uma melhor distribuição do território, envolvendo entre outras preocupações, a concentração excessiva em áreas metropolitanas e;
- » **Sustentabilidade cultural**, para se buscarem concepções endógenas de desenvolvimento que respeitem as peculiaridades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Ampliar o espectro de abrangência do outro é pressuposto da sustentabilidade, requerendo a manutenção das possibilidades para as outras gerações. Então, outro princípio que se pode relacionar é o “não exaurir”, fazendo-se um melhor

aproveitamento dos recursos naturais e artificiais, reduzindo assim os impactos negativos com meio e garantindo recursos para as próximas gerações.

O quadro abaixo traz os fundamentos da sustentabilidade da vida, elaborado pela CMMAD (1991), onde aponta o respeito e cuidado com os seres vivos, respeitar a capacidade do Planeta, conservar a diversidade, buscar qualidade de vida e a modificação do estilo de vida em busca de uma total sustentabilidade.

Princípios	Objetivos
Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos.	Os benefícios, custos de uso e conservação dos recursos devem ser partilhados com justiça pelas diversas comunidades atuais e futuras.
Melhorar a qualidade de vida humana	A realização do potencial das pessoas e proporcionar viver-se com dignidade e plenitude.
Conservar a vitalidade e diversidade do Planeta Terra	Conservar os sistemas de sustentação da vida e a biodiversidade e utilizar-se dos recursos renováveis de forma sustentável, ou seja, limitar seu uso a capacidade de regeneração do recurso.
Permanecer nos limites da capacidade de suporte do Planeta Terra	Políticas e tecnologias devem ser utilizadas para controlar a capacidade de suporte da Terra (expansão demográfica, modos de vida, utilização de recursos renováveis, substituição de matéria prima).
Modificar atitudes e práticas pessoais	Análise de valores e comportamentos estimulada pela disseminação de informações e pelo processo educacional (formal e informal).
Permitir que as comunidades cuidem de seu próprio ambiente	Mobilização comunitária para planejar e administrar a alocação dos recursos de seu entorno.

Quadro 5 – Fundamentos da sustentabilidade da vida

Fonte: Baseado no relatório Nosso Futuro Comum (CMMAD, 1991)

3.3.1 Sustentabilidade ecológica

De acordo com a Agenda 21, aprovada durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro em 1992, tecnologias ambientalmente saudáveis são as:

[...] que protegem o meio ambiente, são menos poluentes, usam todos os recursos de forma mais sustentável, reciclam mais seus resíduos e produtos e tratam os despejos residuais de uma maneira

mais aceitável do que as tecnologias que vieram a substituir. Referem-se, portanto, a processos e produtos, independentemente do seu grau de simplicidade ou sofisticação, constituindo-se em essência num poderoso recurso de conservação ambiental. (Agenda 21, 1992).

Segundo IBAMA (2005), o controle ambiental se dá por meio da implantação de programas e ações que reduzam os impactos negativos sobre os meios físicos (água, solo e ar), biológicos (fauna e flora) e socioeconômico melhorando a qualidade de vida.

Para as entidades não governamentais e alguns tratados internacionais relacionados a meio ambiente e desenvolvimento, abordam com conceitos em comum, que o desenvolvimento deve apoiar-se nas pessoas, nas comunidades e na conservação da biodiversidade e dos processos naturais que sustentam a vida na Terra, tais como os que reciclam a água, purificam o ar e regeneram o solo.

Sustentabilidade para os recursos não renováveis será uma questão de tempo, pois os limites físicos das fontes serão alcançados brevemente caso continue a exploração continuada. Diminuir o ritmo desta exploração assim como não desperdiçar é uma providência necessária. Utilizar tecnologias limpas, reaproveitamento de matéria prima, tratamento de despejos, melhor aproveitamento de energias renováveis, controlar a poluição no final de cada processo, absorver o lema de consumo sustentável em todos os momentos e processos são maneiras de alcançar a sustentabilidade ambiental e conseqüentemente melhorar a qualidade de vida atual e para as futuras gerações.

A produção mais limpa (*cleaner production*), de acordo com PNUMA (1992), contemplam mudanças nos produtos e seus processos de produção para reduzir ou eliminar todo tipo de rejeitos antes que eles sejam criados, consideram todas as fases do processo de manufatura e o ciclo de vida do produto, incluindo seu uso nos domicílios e locais de trabalho. Esta abordagem requer ações contínuas e integradas para conservar energia e matéria prima e substituir recursos não renováveis por renováveis além de tratar os rejeitos.

A sustentabilidade ambiental é um novo conceito no crescimento econômico, que permite a inclusão e o exercício da justiça social. Para Sachs (1986), o respeito às diversidades culturais e biológicas, reconhecendo os limites do espaço ambiental, devem ser os futuros modelos de desenvolvimento.

Krause (2001), afirma que a sustentabilidade celebra a união do homem e da natureza, tanto na origem quanto no destino comum, modificando o foco do ser humano como senhor e dominador da natureza para elemento integrante da mesma. Ainda ressalta a importância de ter uma sólida consciência social em relação ao ambiente saudável e produtivo, o valor da diversidade biológica, da heterogeneidade cultural e do pluralismo político, o respeito ético entre gerações atuais e futuras, qualidade de vida com gestão participativa e a aproximação do local com o global, são elementos constitutivos da cultura de sustentabilidade.

Segundo Tiezzi (1988), o sistema produtivo baseado no modelo econômico atual, acarreta uma crise ambiental, energética e econômica, pois impulsiona para produzir cada vez mais utilizando mal e desperdiçando os recursos naturais, gerando mais poluição e utilizando energia não renovável. Uma reação em cadeia, atingindo a destruição do meio ambiente, a exaustão dos recursos naturais que conseqüentemente, se reflete na economia através de crises econômicas.

Atualmente existem diferentes técnicas e equipamentos para se alcançar esta sustentabilidade. Fontes de energias alternativas, tratamentos de esgotos, reaproveitamento de matéria prima das indústrias, captação para aproveitamento da água da chuva, construções utilizando materiais que agredam menos o meio ambiente entre outras tecnologias são alguns exemplos materiais que podemos utilizar em busca desta sustentabilidade ambiental. A conservação e a proteção ambiental, visa deixar o meio ambiente num processo auto-determinado de desenvolvimento natural com o conjunto de ações destinado a manter as condições originais e/ou atuais do ambiente sem alterá-lo de forma alguma e; usar o meio ambiente de forma sustentável, compreendendo o uso racional de qualquer recurso da natureza, assegurando sua renovação ou auto sustentação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Planeta.

3.4 Conclusão do capítulo

É evidente a evolução da percepção ecológica nos últimos tempos. Percepção voltada a problemas como poluição, lixo, rejeitos, devastação de florestas, poluição das águas, além dos problemas relacionados à área social e cultural. Cada vez mais pessoas, empresas privadas e públicas, organizações não governamentais e o

estado percebem e agem em prol de um desenvolvimento sustentável, respeitando os limites da natureza. São atitudes importantes como criar projetos de responsabilidade social, reutilizar matérias primas, fazer tratamento de rejeitos antes do descarte na natureza, utilizar mais recursos renováveis, reaproveitar e reciclar o lixo antes de descartá-lo, criar projetos de oportunidade em áreas carentes, enfim atitudes para um mundo melhor.

Mendes (1998 p.55), coloca uma frase que reforça a importância desta nova consciência e das atitudes que o ser humano deve tomar em prol de um equilibrado e justo desenvolvimento.

A categoria desenvolvimento é proposta como insumo e produto do amor ao próximo, ao semelhante. É o amor que não apenas “move o sol e as outras estrelas”, mas move, sobretudo, o ser humano em favor do ser humano – o amor ao próximo como a si mesmo. E esse amor se expressa de muitas maneiras, mas, em resumo, pelo atendimento às necessidades humanas: alimento, abrigo, educação, saúde, lazer e, por fim, mas não por último aprimoramento moral, a elevação espiritual.

Incluir atitudes e gestos para este tipo de desenvolvimento é uma obrigação e uma necessidade de todos, se os atos dos indivíduos não forem sustentáveis, as futuras gerações não irão ter o que comer, beber e nem poderão respirar de forma normal, adequada. A insustentabilidade do Planeta está próxima, disseminar estes atos e atitudes é um dever de extrema urgência para as futuras gerações. Incentivar as pesquisas para gerar tecnologias que preservem o meio ambiente, utilizar de planejamentos baseados nos eixos da sustentabilidade ou re-planejar formas de exploração para executar qualquer atividade econômica ou exploração da natureza são medidas cruciais para o alcance deste novo modelo de desenvolvimento – o sustentável.

Segundo Serrano (2001), em vez de se pensar no desenvolvimento sustentável como um modelo genérico, é importante a colocação da necessidade de se buscar em cada atividade produtiva formas mais harmônicas de organização e implementação.

Estas são algumas questões e desafios para serem aplicados nos planejamentos econômicos e na atividade turística.

4 PLANEJAMENTO

Para Newman (1985), planejar é decidir antecipadamente o que deve ser feito. É uma linha de ação pré-estabelecida.

O planejamento é uma atividade, não é algo estático, é um devir, um acontecer de muitos fatores concomitantes que tem que ser coordenados para se alcançar um objetivo que está em outro tempo. Sendo um processo dinâmico é lícito a permanente revisão, a correção do rumo. Exige um repensar constante mesmo após a concretização dos objetivos (BARRETO, 1996, p.13).

De uma forma geral, outros autores definem planejamento com conceitos equivalentes, que abordam duas idéias, a de complexidade (sistema, processo, mecanismo) e a de ação voltada para o futuro, que se contemplam em:

- » Sistemas de idéias organizado;
- » Determinação de objetivos e de meios para alcançá-los;
- » Mecanismo orientado para o futuro;
- » Projeto de um futuro desejado e dos meios efetivos de torná-lo realidade; e
- » Processo contínuo de pensamento sobre o futuro, de determinação de estados futuros desejados e dos cursos de ação para tais estados sejam alcançados.

O objetivo de um planejamento relaciona-se de modo geral, a mudanças na estrutura da realidade existente, visando desenvolver ou adaptar alguma atividade, um crescimento econômico, a melhoria em infra-estrutura etc.

4.1 Planejamento turístico

No caso do planejamento turístico segundo Ruschmann (2001), pode estar relacionado ao desenvolvimento de localidades, regiões, países e até continentes, envolvendo tanto órgãos públicos, empresas privadas e atividades particulares desse ramo de atividade. Ressalta que o planejamento turístico tem como objetivos:

- » Definir políticas e processos de implementação de equipamentos e atividades e seus respectivos prazos;

- » Prover incentivos para estimular a implantação de equipamentos e serviços turísticos;
- » Maximizar os benefícios sócio econômicos e minimizar os custos (de investimento e de operação), visando o bem estar da comunidade receptora;
- » Minimizar a degradação dos locais e seus recursos, além de proteger os que são únicos;
- » Capacitar vários serviços, tanto do local como do seu entorno para servir de base complementar no desenvolvimento da atividade turística;
- » Garantir instrumentos e cumprimento de padrões e leis da atividade turística e territorial;
- » Garantir que a imagem da destinação se relacione com a proteção ambiental, com justiça social e cultural; e
- » Garantir qualidade dos serviços prestados.

Para um planejamento não se pode trabalhar com neutralidade, pois este se desenvolve na sociedade constituída por pessoas, lugares e tempos diferentes. Quando se trabalha com planejamento turístico, especificamente, o cuidado precisa ser maior, pois envolve além de dinheiro circulando, pessoas se deslocando, equipamentos sendo construídos e serviços de apoio sendo administrados, tudo integrado introduzido em um único meio, seja na comunidade local ou no próprio local onde está sendo desenvolvido o planejamento.

Um bom planejamento de turismo requer uma profunda pesquisa social onde toda e qualquer tentativa de neutralidade seria um desrespeito para com os sujeitos que necessariamente fazem parte do processo. Por isso o planejamento científico requer pessoal especializado, técnicos processuais (...), que possam levar adiante a investigação e as estatísticas (BARRETO, 1996).

O planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que os destroem ou reduzem sua atratividade (RUSCHMANN, 2001).

O planejamento é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos, porém planejamento distinguem-se conforme a organização. Para uma organização comercial privada, o objetivo geralmente é o lucro e para organizações públicas o desenvolvimento ou

melhoria de algum setor ou local são os objetivos almejados. A amplitude e a variedade das ações de cada um dos setores é grande por este motivo, o planejamento turístico de organizações públicas necessita da colaboração das empresas privadas, atuando direta ou indiretamente no desenvolvimento da atividade.

Segundo Barreto (1996), o planejamento do turismo pode ser dividido em três níveis, o primeiro diz respeito a eventos, excursões e viagens; o de segundo nível em transformação de cidades em núcleos turísticos, ativação de núcleos turísticos e criação de complexos ou cidades turísticas (construção de equipamentos e infraestrutura); e de terceiro nível relacionado a políticas nacionais para incentivo da atividade no país.

Para Ruschmann (2001), independente de qual setor realiza o planejamento, fica a cargo do Estado, zelar pelo planejamento e pela legislação necessários ao desenvolvimento da infra-estrutura básica que proporcionará o bem estar da população residente e dos turistas; zelar pela proteção e conservação do patrimônio ambiental. Além de criar condições que facilitem e regulamentem o funcionamento dos serviços e equipamentos nos destinos, necessários ao atendimento das necessidades e dos desejos dos turistas, geralmente, a cargo de empresas privadas. São estas atitudes que garantiram um desenvolvimento turístico adequado e sustentável.

O planejamento do turismo torna-se necessário nas seguintes situações:

- » Nos locais em que empresas turísticas estão se estabelecendo com sucesso, a fim de assegurar um controle eficaz do desenvolvimento, no qual se incluem as medidas de proteção do meio ambiente;
- » Nos locais que o crescimento acelerado da demanda, originado no turismo de massa e nos pacotes organizados por operadoras turísticas, onde gera modificações nos setores econômicos, ambientais e principalmente sociais;
- » Nos locais onde a atividade turística não se desenvolveu conforme planejado ou esperado;
- » Nos locais onde o desenvolvimento do turismo concorre para a degradação ou a erosão de sítios ou recursos únicos, apesar dos consideráveis benefícios socioeconômicos auferidos pela população receptora; e

- » Nos locais que possuam algum atrativo natural, cultural ou social e que pretende-se desenvolvê-lo através do turismo (RUSCHMANN, 2001, p.86).

Segundo Barreto (1996), o planejamento deve ter princípios que orientem; dimensões e várias classificações conforme os diferentes aspectos abordados, além de ser um processo contínuo que tem uma série de etapas ou fases.

Os princípios devem ser: **da inerência** - o planejamento é indispensável; **da universalidade** - o planejamento tenta prever todas as variáveis e todas as conseqüências, até onde seja possível, levando em conta todas as opiniões, pois, uma visão unilateral vicia qualquer planejamento; **da unidade** – o planejamento abrange múltiplas facetas que devem ser integradas num conjunto coerente; **da previsão** – o planejamento é intrinsecamente previsão; **da participação** – o planejamento requer a participação de todos os níveis e setores da administração e; quanto à **dimensão** que deve abordar necessariamente quatro dimensões pois elas coexistem no momento em que se começa a planejar. São elas:

- » **Dimensão racional** – um repensar permanente, pois exige um esforço mental de criatividade e reflexão;
- » **Dimensão política ou institucional** – referindo-se ao poder decisório, quem tiver este poder decisório terá por sua vez que aplicar a dimensão racional, já que deverá refletir para equacionar o problema e decidir;
- » **Dimensão técnico-administrativa** – são as definições de funções, delegação de autoridade, definir objetivos, recursos, pessoal e tempo;
- » **Dimensão valorativa** – é onde deve-se colocar os benéficos e prejuízos que o planejamento pode ter, significa o conhecimento profundo da realidade na qual o planejamento está inserido e a projeção das conseqüências sociais das ações.

No turismo esta dimensão é fundamental já que o homem é sujeito e objeto do planejamento, e um erro de apreciação pode significar grandes prejuízos à ecologia humana de um determinado núcleo (BARRETO, 1996).

4.1.1 Classificações do planejamento turístico

Aspectos	Classificação	Sub-Classificação
Temporal	Curto prazo Médio prazo Longo prazo	
Geográfico	Mundial, continental Nacional, estadual, regional Macro-regional, micro-regional, municipal (ou local)	Rural Urbano
Econômico	Macroeconômico Microeconômico	
Administrativo	Público (normativo) Privado (indicativo)	Central Descentralizado
Intencional ou teleológico	Estratégico tático	
Agregativo	Global Setorial e local	

Quadro 6 – Classificações do planejamento

Fonte: Baseado em Honda (1985 apud Barreto, 1996)

O quadro aborda o **aspecto temporal** onde fixa-se um tempo para cada classificação; são prazos relativos ao tempo total em que o planejamento está inserido; **aspecto geográfico** todo planejamento seja ele mundial ou local, admite subdivisões: pode ser urbano ou rural, e no caso do específico de um planejamento turístico pode ser marítimo, de montanha, de natureza ou fluvial; **aspecto econômico** está ligado ao geográfico, onde um macroeconômico pressupõe um território grande e o microeconômico tem menor âmbito de ação; **aspecto administrativo** onde aborda que todo planejamento público quanto privado admitem uma subdivisão, podendo ser centralizado ou descentralizado, conforme o exercício de delegação de poderes e autonomia; **aspecto intencional** por estratégico entende-se uma série de objetivos finais e a tática refere-se aos meios utilizados para alcançar os objetivos da estratégia; **aspecto agregativo** está mais ligado à esfera administrativa e à geográfica, um planejamento será global na medida em que tenha um grande território e uma administração central, e será setorial na medida inversa.

Par Hall (2001), o planejamento estratégico deve ser holístico, integrado e abrangente, pois o turismo é um sistema de variáveis sociais, econômicas, físicas e

políticas inter-relacionadas. Deve ter natureza colaborativa e estratégica e ter suas bases apoiadas no desenvolvimento sustentável, sob uma visão sistêmica da realidade.

4.1.2 Planejamento turístico sustentável

O planejamento turístico deve abordar uma metodologia sustentável. Segundo Anjos (2004), o planejamento comunitário proporciona a base para o desenvolvimento, devendo ser ampliado para incorporar aspectos coordenativos, interativos, integrativos e estratégicos. Aponta que uma das estratégias de desenvolver um planejamento turístico sustentável é convencer o governo e a indústria do turismo de estar incorporando em todos os projetos e suas etapas os princípios do desenvolvimento sustentável. O autor levanta que para medir o êxito do desenvolvimento do turismo em uma localidade deve-se utilizar um conjunto de indicadores de sustentabilidade eficazes que ajudem a determinar em que ponto, como está sendo realizado e quais os objetivos e metas para alcançar o desenvolvimento turístico, tais indicadores serão escolhidos de acordo com os objetivos e suas metas, porém para o desenvolvimento de um local receptivo turístico deve-se apoiar-se em indicadores econômicos, ambientais e os sociais, garantindo um comprometimento dos princípios sustentáveis em longo prazo.

Para Ruschmann (2001), o planejamento turístico deve abranger não apenas uma localidade ou recurso, mas também seu entorno levando em consideração os aspectos sociais, ambientais e culturais da região, para assim desenvolver uma atividade turística sustentável. Não é tarefa fácil pois aborda dois objetivos conflitantes: o de prover oportunidade e acesso para o maior número de pessoas possíveis e o segundo de proteger e evitar a descaracterização dos locais nos aspectos ambientais, culturais e sociais, por isto deve seguir diretrizes e sistemas de gerenciamento, sempre comprometidos com os princípios da sustentabilidade.

4.2 Etapas de planejamento

Tomada a decisão de planejar, o processo passa por várias fases metodológicas, também chamada de etapas ou elementos. Estas etapas podem ser classificadas

em reflexão diagnóstica (estudo e decisões), ação, reflexão crítica (avaliação e novas decisões), como mostra o quadro a seguir:

Processo Racional		Fases Metodológicas	Documentos
Reflexão Diagnostica	Análise e síntese	Escolha e delimitação	Proposta preliminar
		Estudo/diagnóstico	Diagnóstico
	Decisão (opção)	Definição de objetivos e metas	Estudos de viabilidade Ante-projetos
	Criação	Formulação de propostas Alternativas de intervenção	Planos Programas Projetos
Ação	Intervenção	Implementação Implementação e execução Controle	Roteiros Normas Manuais Relatórios
Reflexão crítica	Crítica	Avaliação <i>Feed back</i>	Relatórios avaliativos

Quadro 7 – Etapas de um planejamento

Fonte: Adaptado de Baptista (1981, p.21 apud BARRETO, 2000 p.30)

O autor ainda ressalta que o planejamento divide-se apenas em dois momentos: Diagnóstico e Prognóstico. Diagnóstico consiste em delimitar o tema, o planejador deve decidir exatamente o que planejar e qual será o objetivo de seu trabalho; No prognóstico inicia-se a formulação de alternativas de intervenção, o planejador deve criar caminhos para atingir seus objetivos, como vai fazer a tarefa desejada.

Pra Hall (2001), o processo de planejamento estratégico deve seguir as seguintes fases:

Fase 1: Onde queremos chegar? No processo de planejamento é necessário identificar as metas, o que se pretende alcançar, ordenar por importância e buscar a adequação entre tais metas. Onde a seleção de tais metas deve ser acompanhada de uma visão estratégica e devem ainda estar de acordo com a missão e filosofia do tipo de turismo pretendido;

Fase 2: Como chegar lá? Havendo uma coordenação colaborativa e interativa do poder público e do setor privado, garantindo um desenvolvimento de melhores condições de suportar o ambiente de mudança que envolve o processo de planejamento. O autor dá ênfase ao uso da auditoria como ferramenta

administrativa, assim como a partilha do poder como bases sólidas para a sustentabilidade;

Fase 3: Como saber que chegamos lá? Avaliação e monitoramento do desempenho, visa determinar se as metas e os objetivos foram cumpridos, é um processo contínuo.

Como a atividade, no caso o planejamento turístico, ultrapassa a esfera econômica, é necessário que seja planejado levando-se em conta, **o aspecto social**, pois envolve a comunidade de onde está sendo realizado o projeto; **o meio ambiente** por geralmente estar usufruindo de recursos naturais e adaptando-se ou criando infra-estrutura; **e os aspectos culturais e sociais** para não haver o perigo de aculturação ou perda de originalidade e uma melhor qualidade de vida da população envolvida.

Barreto (1996), levanta a importância da escolha do que planejar, ou seja, definir qual será o problema. Quando o planejador tem a competência de escolher o que planejar, neste caso deverá considerar a filosofia da instituição na qual está inserido, sua área de competência, suas características econômicas e administrativas, a legislação vigente, os recursos humanos e financeiros e o nível de desenvolvimento científico e tecnológico da instituição envolvida.

4.3 Modelos de planejamento

Em um planejamento cada decisão tomada durante o processo deverá ser sistematizada, interpretada e documentada. A primeira tarefa resulta na proposta preliminar que já deve ser documentada para dar orientação aos próximos passos, define o objeto e a delimitação do que não será abordado, a formulação das hipóteses iniciais e a definição de conceitos básicos.

Segundo Barreto (1996), a etapa de estudo-diagnóstico ou de caracterização, define-se como sendo de investigação, reflexão, compreensão e juízo dos dados da realidade. Esta etapa tem como objetivo traçar um marco de situações antecedentes, ou seja, fazer **um levantamento histórico do assunto**; **definir áreas críticas de necessidade**, detectando aquela peça chave sem a qual a ação não poderá ser desencadeada; **buscar elementos para justificar a ação**, de forma a não executar de forma desnecessária ou preteríveis, visando a uma maior economia

em todos os sentidos (dinheiro, tempo e esforço); e **estabelecer prioridades**, para que exista uma seqüência lógica na ação.

Para isso o estudo deve começar com uma coleta e o processamento de dados, que deverão ser precisos, resultando em caracterização do local. A um estudo exploratório, deve-se seguir uma coleta acumulativa que permitira a identificação de fatos e tendências. Neste estudo deve-se:

- » Levantar os dados da situação;
- » Deve-se fazer a verificação de que práticas a empresa ou instituição (objeto de estudo) está adotando na área em estudo e se outros estabelecimentos estão fazendo o mesmo e de que forma;
- » Pesquisar sobre normas e leis que regem aquilo que está sendo planejado; e
- » Finalmente deve-se fazer um levantamento dos recursos matérias, naturais e humanos que a empresa ou local possui e aqueles que podem vir a ser utilizados.

Esta caracterização pode ser dividida em dois blocos conforme proposto ainda pelo mesmo autor, a preparação e a análise. Na preparação do material é necessário formular hipóteses preliminares até chegar às hipóteses mais prováveis, é onde se identificam as variáveis coerentes que virão a intervir no processo, como no exemplo de um planejamento turístico que deve-se levar em conta fenômenos atmosféricos que possui grande força e as relacionadas com meios de transporte que terão afinidades entre si. Já a análise deste quadro requer uma visão objetiva e globalizante, permitindo estabelecer uma tipologia no qual situar o fenômeno estudado, criando um modelo teórico-prático que permitira identificar os estados de necessidades.

Feito o mapeamento das variáveis deve-se identificar as prioridades de intervenção de acordo com dois critérios: o da relevância e o da viabilidade.

O critério de relevância da variável levanta as necessidades emergenciais do objeto estudado, já no critério de viabilidade associa-se ao estudo da oportunidade, da possibilidade concreta de intervenção (de acordo com os recursos existentes), os prazos disponíveis, a coerência com a política e recursos da empresa ou objeto estudado, a compatibilidade do projeto com a situação social e a possibilidade, ou não, de aceitação por parte da clientela.

Ainda sob a ótica do mesmo autor, após definir as variáveis torna-se necessário definir os objetivos e as metas. Onde objetivo torna-se o que se pretende fazer e meta é o que em quanto tempo.

4.4 Conclusão do capítulo

Entre os diversos modelos de planejamento turístico, quatro fases estão sempre presentes, com a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos, são eles: O levantamento dos dados ou diagnóstico; a análise e a sugestão das propostas; a execução; e a avaliação.

Ruschmann (2001), coloca que as técnicas e as estruturas do planejamento turístico se difere em dois casos, quando é elaborado por uma organização privada, que tem como objetivo o lucro; e quando é elaborado por uma organização pública que tem por objetivo o provisionamento de facilidades e serviços para uma comunidade, porém a forma de elaborá-los é a mesma. Ressalta ainda a importância de ser elaborado, seja qual for seu objetivo, visando apoiar-se nos conceitos da sustentabilidade, pois apenas assim realizará de forma completa e correta um desenvolvimento da atividade, sem trazer danos seja para o meio ambiente ou para a comunidade envolvida.

5 MODELO PROPOSTO

O modelo de planejamento foi elaborado conforme as citações, idéias, conceitos e instrumentos apresentados nos capítulos anteriores, que citam vários autores porém com teorias de planejamento turístico que basicamente são compostos por quatro etapas:

- » Etapa 1: Diagnóstico;
- » Etapa 2: Elaboração do plano de ação;
- » Etapa 3: Execução;
- » Etapa 4: Controle e avaliação.

Porém o modelo proposto do presente trabalho, difere dos demais por elaborar um planejamento de turismo rural totalmente voltado a sustentabilidade, abrangendo a propriedade como um todo, unindo turismo, meio ambiente e produção rural. E para isto, sugere como primeira etapa um levantamento mais completo da propriedade e da região, a Caracterização Ecológica e Turística - CET.

A CET é uma união adaptada de dois estudos: Roteiro para diagnóstico turístico em localidades receptoras, – esquema de trabalho criado por Ruschmann (2001) e Modelo de Avaliação de Empreendimentos Ecoturísticos – MAEE, criado por Silveira (2003) e tem com objetivo principal fazer um levantamento da infra estrutura em consonância com a sustentabilidade ecológica e turística de propriedades rurais.

Ao propor este modelo a intenção é de cobrir lacunas existentes nos diagnósticos utilizados para planejamentos turísticos, que propõem apenas uma função, o levantamento da infra-estrutura. Na CET também ocorre o levantamento da infra-estrutura porém correlacionado com os aspectos voltados a sustentabilidade cultural, social e ambiental.

É uma caracterização para ser utilizada em empreendimentos rurais privados que pretendem desenvolver ou que já desenvolvam alguma atividade turística, e que tenham interesse em efetuar um planejamento de maneira a tornar a atividade e a propriedade sustentáveis em todos os aspectos, sugere-se que seja utilizada como uma das etapas do planejamento, pois a CET levantará os seguintes pontos:

- » A potencialidade do empreendimento em relação ao turismo;

- » Os impactos negativos e positivos que o empreendimento gera ao meio ambiente;
- » A influência que o empreendimento tem nos aspectos culturais, sociais e naturais da região;
- » Indicar oportunidades que poderão ser desenvolvidas em relação a sustentabilidade do local;
- » Apontar diretrizes para serem aplicadas no empreendimento a fim de contribuir para o desenvolvimento não só do local mas de toda comunidade envolvida;
- » Um levantamento mais completo possível da localidade e do seu entorno e região;
- » Levantamento da infra-estrutura, recursos naturais existentes e o potencial turístico da região;
- » Direcionar o planejador a implementar atividades relacionadas ao turismo de natureza, ou o melhoramento de atividades já existentes, buscando resultados voltados a sustentabilidade natural, social e cultural de propriedades rurais e assim realizar um planejamento turístico rural sustentável.

Cabe mencionar que não é objetivo desta caracterização direcionar a adoção de estratégias homogêneas para os empreendimentos rurais, e que apesar de abordar dimensões consideradas por Sachs (1996), como alicerces da sustentabilidade (econômica, ecológica, espacial, social e cultural), não se limita neste esquema e nem perde sua confiabilidade caso não sejam preenchidos todos os itens, por não ser a única ferramenta para caracterizar um empreendimento rural para o desenvolvimento da atividade turística sustentável. E também pelo fato de que cada planejamento turístico possui um objetivo específico.

A sugestão para aplicação da caracterização em empreendimentos rurais, é que seja analisado o maior número de itens possíveis, pois quanto maior o conhecimento do local, maiores as chances de desenvolver um plano de ação coerente com a situação e realidade do mesmo.

A Caracterização Ecológica e Turística está dividida em 4 fases, que estão subdivididos em aspectos. Para as fases 1 e 2 foram abordados todas as dimensões

que Sachs sugere para ocorrer sustentabilidade, porém não foram abordados como dimensões e sim como aspectos, e para a dimensão espacial foi colocado o aspecto físico, pois relaciona o levantamento da infra-estrutura específica do empreendimento. Na fase 3 foram considerados apenas os aspectos de uma forma geral e a fase 4 é o relatório final, que relacionado com o objetivo principal do planejamento, será utilizado para elaboração do plano de ação, que fica como sugestão de uma segunda etapa do planejamento turístico.

A Caracterização ecológica e turística - CET, está estruturada da seguinte forma:

Fase 1	Caracterização geral do empreendimento	Aspectos físicos ou espacial
		Aspectos sociais
		Aspectos culturais
		Aspectos ambientais
		Aspectos econômicos
Fase 2	Caracterização da cidade ou comunidade	Aspectos físicos ou espacial
		Aspectos sociais
		Aspectos culturais
		Aspectos ambientais
		Aspectos econômicos
Fase 3	Caracterização da região	Aspectos gerais
Fase 4	Relatório da caracterização	Resumos de todos os aspectos importantes levantados no decorrer da caracterização

Quadro 8 - Estrutura da caracterização ecológica e turística

5.1 Planejamento turístico com CET

O planejamento do presente trabalho na classificação de planejamento de Barreto (1996), se enquadra como:

- » Aspecto temporal em médio prazo - apenas a caracterização será realizada, para futuramente desenvolver as outras etapas do planejamento ao local;
- » Aspecto geográfico como local e rural – baseada em uma propriedade rural;
- » Aspecto econômico como microeconômico - envolve apenas a propriedade e sua região;
- » Aspecto administrativo como privado e central - é uma propriedade particular;

- » Aspecto intencional como estratégico - apóia-se em desenvolver uma propriedade e sua região;
- » Aspecto agregativo como setorial e local - aplicado a uma propriedade rural.

Ainda na classificação do mesmo autor se enquadra no planejamento de segundo nível, devendo desenvolver as seguintes etapas: pesquisa de necessidades ou caracterização do local; verificação da infra-estrutura básica do local e redondeza e o envolvimento efetivo das pessoas e da comunidade onde está sendo inserido.

A estrutura do planejamento para implementação do turismo rural sustentável utilizando a CET ficará estruturado da seguinte forma:

Etapla 1 - Aplicação da caracterização ecológica e turística: Esta aplicação no empreendimento resultará em um relatório com todos os pontos fortes e fracos, as potencialidades do local e região para direcionar a elaboração da segunda etapa;

Etapla 2 - Plano de ação: Com o relatório da primeira fase, o planejador realizará a elaboração do plano de ação. Nesta fase surge um relatório com todas as ações e metas com seus respectivos prazos e modos de aplicá-los. Que por sua vez devem seguir o objetivo do planejamento e devem estar apoiadas nas necessidades e potencialidades levantadas no relatório da CET.

Havendo como sugestão, um critério para distribuir estas ações de forma a serem aplicadas primeiro as de grande urgência ou grande necessidade para a sustentabilidade ou equilíbrio ecológico da propriedade e em seguida as ações voltadas às atividades turísticas em si, isto é, a implementação ou melhoramento da infra-estrutura para desenvolver a atividade turística sustentável voltada ao meio ambiente - a adequação da propriedade rural. Este critério facilitará a execução do plano de ação e garantirá que os equipamentos e o desenvolvimento da atividade estará sendo realizada em uma infra-estrutura adequada e ecológica.

Etapla 3 - Execução - implementação dos planos elaborados: Esta é a fase da aplicação das diretrizes geradas na etapa anterior. Necessita de tempo e provavelmente de investimentos para serem colocadas em prática. Entre todas as etapas é a que requer mais tempo, pois sempre há coisas a serem feitas, implementadas ou melhoradas, deve-se criar condições ideais para executar as ações recomendadas.

Etapas 4 - Avaliação e controle: Acompanhar e controlar os esforços de cada etapa, assim como levantar necessidades de re-planejamento ou modificação das metas de acordo com as necessidades, esta fase deve estar presente em todas as anteriores para o perfeito desenvolvimento do planejamento.

Segundo Oliveira (1996), controle é definido como uma função do processo administrativo, que quando comparados com padrões previamente estabelecidos, mede e avalia o desempenho e o resultado das ações.

O controle e avaliação têm como objetivo acompanhar o desempenho ou desenvolvimento do planejamento. Apontará resultados positivos e negativos no decorrer do processo, permitindo direcioná-lo, adaptando-se para o alcance dos padrões que foram anteriormente estabelecidos, garantindo o melhor desenvolvimento do planejamento turístico.

Em toda as etapas apontadas acima é importante o envolvimento de profissionais relacionados as áreas de turismo, agricultura e meio ambiente, assim como pessoas envolvidas no cotidiano da propriedade para um completo planejamento e uma visão mais ampla e real da situação. Torna-se um planejamento voltado a completa sustentabilidade da propriedade, tanto na exploração da atividade turística como para a ecológica.

Possui aspectos instrumentais, pois utiliza-se de referências para elaboração de documentos ou relatórios, vinculando assim as características da Engenharia de Produção, que como aponta Silva e Menezes (2000), integra pessoas, equipamentos, materiais e ambientes em uma abordagem interdisciplinar, neste presente trabalho voltado a área de gestão ambiental.

O planejamento é uma atividade que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Ele tem por objetivo o desenvolvimento de estratégias que permitam uma organização, visualizando as oportunidades. RUSCHMANN (2001).

A partir dos fatos abordados por Ruschmann (2001), este modelo de planejamento turístico sustentável enquadra-se como nível local por ser uma propriedade com potencial natural para o desenvolvimento do turismo rural sustentável, porém deve ser elaborado respeitando e favorecendo seu entorno para um harmonioso desenvolvimento.

5.2 Análise crítica dos modelos utilizados na elaboração da CET

Os modelos que contribuíram para a elaboração da Caracterização Ecológica e Turística abordam duas linhas diferentes. Um é um roteiro diagnóstico e outro um indicador de sustentabilidade, ambos desenvolvidos para serem aplicados em planejamentos turístico.

O roteiro para diagnóstico (Anexo B), elaborado por Ruschmann (2001), aborda apenas a infra-estrutura física da localidade receptora, é um levantamento completo porém apenas da localidade, para o entorno ou região da localidade não são sugeridos nenhum levantamento. A autora coloca que o roteiro para diagnóstico serve de apoio ao planejamento do turismo, enquanto disciplina e prática profissional. Ressalta que apesar da amplitude dos dados a serem considerados, não se esgota neste esquema e também não tem a pretensão de exigir que todos os itens sejam preenchidos para a elaboração de um diagnóstico turístico confiável. A adequação de condições cabe da amplitude dos estudos as condições de cada localidade ou de acordo com as metas pré-estabelecidas.

O segundo modelo é um indicador de sustentabilidade e não aborda os aspectos referentes a infra-estrutura. O modelo proposto por Silveira (2003) o MAEE (Anexo C), tem como objetivo auxiliar a construção e norteamto das ações de planejamento e desenvolvimento turístico através do conhecimento do entorno natural-social. Foi elaborado para ser aplicado em empreendimentos que se denominam sustentáveis como um roteiro para avaliar suas ações e também para os empreendimentos que queiram enquadrar-se como sustentáveis. Serve de indicador às dimensões conceituais do ecodesenvolvimento e como diretriz para implantação de atividades ou projetos relacionados ao turismo de natureza. A autora ressalta que o modelo, também pode ser utilizado por organizações não governamentais com objetivo de avaliar a sustentabilidade de empreendimentos já existentes e ressalta-los para o público alvo. Coloca que não é objetivo deste modelo direcionar a adoção de estratégias homogêneas, pois estaria fugindo do escopo de ecodesenvolvimento proposto por Sachs (1996) ao qual a autora se baseou. Propõe apontar alguns caminhos para empreendimentos seguirem ou adota-los para atenderem os preceitos básicos do ecodesenvolvimento. Os alvos deste modelo são os empreendimentos privados independentes do seu porte.

5.3 Aplicação do modelo proposto - estudo de caso

A seguir será aplicado a Caracterização Ecológica e Turística – CET, na Fazenda Deca de Barros, com objetivo de verificar e validar na prática a eficiência da metodologia proposta. Será aplicada apenas a primeira etapa, devido à falta de tempo do presente trabalho e as limitações quanto à visita ao local.

CARACTERIZAÇÃO ECOLÓGICA E TURÍSTICA

Objetivo do Planejamento: Desenvolver o turismo rural sustentável na propriedade.

Responsável pelo Planejamento: Paula Combacau D de Barros Costa

FASE 1 - Caracterização Geral do Empreendimento

1.1 Aspectos físicos/espacial

Nome da propriedade: Fazenda Deca de Barros

Endereço: Km 7 da Rodovia Tarcisio Baroni Junior ou estrada velha Areópolis/São Manuel.

Área: Possui 33 alqueires paulista (1 alqueire equivale a 24.000m²) totalizando 720.000m²

Proprietários: Norah M. E. Combacau Doria de Barros e seus quatro filhos.



Capital: São Paulo

Número de Municípios: 645



Figura 2 – Mapa Estado de São Paulo

Localização (macro e micro): São Manuel /SP

Administração: Pela proprietária e o administrador que morra no local.



Figura 3 – Foto aérea da Fazenda Deca de Barros

Histórico: A Fazenda foi comprada pela família Barros por volta de 1920 com 300 alqueires, e a cada safra de café vendida o então proprietário adquiria mais terras, 10 anos depois, já totalizava 500 alqueires divididos entre plantações de café, eucalipto, milho, feijão e criação de gado. A produção agrícola era tão intensa que a fazenda possuía duas escolas para os filhos dos empregados, posto de combustível para abastecimento de tratores, máquinas e automóveis, marcenaria e uma estação de trem. Em 1972 com o falecimento do proprietário, a fazenda foi dividida entre os cinco filhos, ficando um total de 195 alqueires, nesta época a exploração era basicamente de café e gado. Em 2001 houve outra partilha e hoje (2005) a Fazenda possui 33 alqueires.

Acesso: O acesso à Fazenda é feito por 4 km de estrada asfaltada e 6 km por estrada de terra em bom estado, totalizando 10 km da cidade de São Manuel.

Aspectos históricos: A propriedade possui um antigo aterro para secar café, árvores centenárias e a casa de colônia que nasceu os cantores sertanejos Tonico e Tinoco.

Possui algum monumento histórico: A casa dos cantores porém não original, já reformada.

Cadeia produtiva e sua descrição: plantação de cana de açúcar, café e milho, um pomar e uma horta orgânica.

O empreendimento está de acordo com a legislação vigente em relação:

Ocupação e uso do solo: está registrada no Incra com propriedade rural mas especificamente com fazenda.

Zoneamento: rural

Mapeamento de equipamento, instalações e área recreativa: Área Social: 01 sede de 95m² com dois dormitórios 02 banheiros 01 sala grande, cozinha, sala de jantar, 01 terraço grande e churrasqueira;

01 casa de madeira com 60m², 01 banheiro, 03 quartos grandes com beliches e uma lavanderia;

01 piscina 10x1.20, 01 quadra de tênis oficial e 01 quadra de futebol;

01 pomar com 50 árvores de diferentes espécies, tais como limoeiro, mangueira, abacateiro, laranjeira, jabuticabeiras, pé de lechias, bananeira, pé de carambola, entre outros.

Esta área social possui 20.000 m² com diversas árvores como Eucalipto, Pau Brasil, 01 figueira de 110 anos, Canela, Jacarageira, 400 pés de pinos



Figura 4 – Sede da Fazenda Deca de Barros

Colônia: 05 casas de alvenaria de 72m², divididas em duas, com dois quartos, uma cozinha, um banheiro e uma sala, anexada a cada casa uma área coberta com um tanque. Estas se encontram desocupadas. 03 casas de 100m² com três quartos,

uma sala, um banheiro ocupadas por 03 famílias que trabalham na fazenda e mais 02 casas iguais a estas que estão sendo utilizadas para depósito de matérias.



Figura 5 – Casa utilizada por trabalhadores da Fazenda Deca de Barros



Figura 6 – Casa dos funcionários da Fazenda Deca de Barros

01 galpão de 144m² com uma área coberta para depósito de máquinas e acessórios utilizados na lavoura.



Figura 7 – Galpão de equipamentos da Fazenda Deca de Barros

01 tanque reservatório de adubo desativado 20.000l

01 riacho abaixo da colônia

05 tanques de 120m², 36m², 150m², 20m², 30m² cada, com peixes (tilapia, traíra, pacu e lambari)



Figura 8 – Tanque de peixes

Cocheira: 150m² de área construída, com 02 baias, dois cercados para retenção do gado, um cocho coberto e um cocho aberto, um berçário e dois locais fechados sendo um seleiro e outro depósito de utensílios para criação de bovinos e eqüinos; 21/2 alqueires de pasto verde; 01 alqueire de mata nativa que contém mais três nascentes.



Figura 9 – Instalações da Fazenda Deca de Barros

Equipamentos e máquinas: 01 Trator Maseyfereson; 01 Roçadeira; 01 charrete; 01 carreta; Calcariadeira (para espalhar o calcário nas plantações); arado de 2 disco; grade 16 discos; triturador de cereais; 01 bomba elétrica emergência de água; 01 linha telefônica; 06 cabeças de gado; 05 cavalos e 05 cabeças de porco.



Figura 10 – Trator da Fazenda Deca de Barros

Meios de hospedagem: a Fazenda ainda não realiza nenhuma atividade porém possui as casas dos antigos trabalhadores que encontram-se vazias e podem ser transformadas em quartos ou chalés, a capacidade é de 10 apartamentos com ante sala, quarto e banheiro (são 5 casas divididas ao meio)

Alimentos e bebidas: não realiza nenhuma atividade, não possui nenhuma cozinha específica para comercializar alimentos porém a outras casas que podem ser transformadas em área de restaurante, possui os peixes nos tanques e a horta que podem abastecer o restaurante, existe mão de obra com especialidades caseiras.

Entretenimentos: piscina, quadra de tênis e futebol, cavalos, caminhada e pesca.



Figura 11 – Quadras de esporte da fazenda

Outros serviços: o comércio das verduras orgânicas

Recursos humanos para o turismo: atualmente existem 8 pessoas morando na Fazenda, e 3 destas pessoas trabalham na agricultura e manutenção, outras 5 sem emprego.

Turismo receptivo: não realiza

Caracterização da demanda (se já existir): não

Caracterização do turismo receptivo: não

Marketing: não

Turismo emissivo: não

Outros:

1.2 Aspectos social

Hábito de vida: de campo, trabalhadores que acordam com o cantar do galo para tirar leite, preparar o pão, a manteiga e queijo fresquinhos e ir para o trabalho, vida tranqüila e saudável. Costumam ir passear na praça da igreja aos domingos e receber muitos amigos para um churrasco e uma cantoria. Frequentam as festas religiosas da cidade.

O empreendimento realiza alguma ação que interaja com a comunidade local?
não

O empreendimento realiza alguma política de responsabilidade social ou possui algum comprometimento com os colaboradores? Doa material reciclável para as entidades de famílias carentes que trabalham com isso e doam periodicamente verduras para famílias carentes.

Outros:

1.3 Aspectos culturais

Folclore/tradição: tradição rural

Eventos/festas: Festa junina realizada na cocheira com muita animação, fogueira e decoração.

Qual o envolvimento da propriedade ou dos proprietários com a produção cultural?

Artesanatos: não desenvolve

Festas religiosas: ajuda na preparação da festa de Nossa Senhora Aparecida e Corpus Christi.

Manifestações folclóricas: não

Produção artística: não

Outros:

1.4 Aspectos ambientais

Áreas naturais: 01 alqueire de mata nativa que contém mais três nascentes.

Áreas naturais sensíveis: a mesma.

Solo: terra roxa.

Clima: ameno, nem muito frio nem muito calor.

Vegetação: predomina agricultura, principalmente cana de açúcar.

Fauna silvestre: muitos pássaros, aparecem alguns veados, cachorro e gato do mato porém nada catalogado.

Recursos naturais: os hídricos

Atrativos naturais: as árvores centenárias e beleza da vida no campo.



Figura 12 – Árvores centenárias da fazenda

O empreendimento realiza alguma ação relacionada à área de educação ambiental?

Faz uma parceria com o instituto biodinâmico de Botucatu com trocas de experiência em cultivo orgânico e divulgam para os compradores de verduras a importância de alimentos cultivados sem agrotóxicos.

Se a propriedade já realiza visitas (de turistas), existe: não

Controle de visitantes:

Informações sobre os visitantes:

Mapeamento de visitas:

Horários pré-determinados:

Estudo de capacidade de carga:

Políticas de administração:

Que tipo de cadeia produtiva o empreendimento possui e sua descrição?

Plantações:

4.000 pés ou um alqueire com café orgânico;

20 alqueires arrendados para plantio de cana-de-açúcar

03 estufas com verduras orgânica (2 com 190m² e 01 com 150m²)

1 hequetari com verdura orgânica

1 quadra de 5.000 m² com milho

20 árvores espécie Paineiras – paina utilizada na fabricação de travesseiros e edredons.

1 hequetari (10.000 m²) de Capim Napie para gado.



Figura 13 – Berçário das estufas da Fazenda Deca de Barros

Há produtos ecológicos? Quais? Sim, plantação de café e a horta orgânica.



Figura 14 – Estufa da Fazenda Deca de Barros



Figura 15 – Plantação de café da Fazenda Deca de Barros

Qual a rotatividade de produtos agrícolas: nenhuma

Que tipo de prática utiliza: convencional e orgânica

Existe alguma ação para proteção ou preservação da diversidade? não

Há utilização de ferramentas para identificar os impactos ambientais? Quais?
não

Há disseminação do conhecimento ecológico? Troca de conhecimento com os compradores.

Existe algum sistema de gestão ambiental no empreendimento? não

Há utilização de recursos (tecnologias, equipamentos e materiais) ecológicos?

Sim, bomba d'água com abastecimento de água próprio sem utilização de energia; a horta e a plantação de café cultivados no sistema orgânico.

1.4.1 Recursos hídricos

Estrutura própria ou pública: própria

Tipo de abastecimento de água: 02 rodas d'água no início do riacho, uma para abastecer a sede e outra a colônia; 01 nascente com alta capacidade - 10 polegadas d'água

01 tanque reservatório de água para abastecer a colônia 15.000l

03 caixas d'água de 1.000l reservatórias para esta área social



Figura 16 – Roda d'água da Fazenda Deca de Barros

Recebe tratamento: não

Políticas para uso restrito de água: sim, torneiras sempre bem fechadas, recolhem água da chuva para lavar a cocheira.

Destinação de efluentes: fossas sépticas normais

Reaproveitamento de água: apenas para os tanques de peixe, são distribuídos de uma forma que a água passa por todos e deságua no riacho, sem desperdício; Recolhem água da chuva para lavar a cocheira

1.4.2 Recursos energéticos

Qual fonte de energia? Tradicional rede pública municipal

Capacidade ou carga de energia: rede de energia elétrica com transformador de 35kv e outro 15kv.

Política de restrição de uso racional de energia: utilizam apenas o essencial, sem desperdício.

Fonte alternativa de energia: não

1.4.3 Resíduos sólidos

Coleta de lixo: lixo seco é colocado na entrada da propriedade duas vezes por semana quando a coleta municipal recolhe.

Destinação de lixo contaminante: frascos de agrotóxicos são entregues na loja onde foram comprados

Destinação do lixo seco: coleta municipal e alumínio, vidros e papelão são separados e entregues na cidade em local próprio.

O empreendimento utiliza-se de algum dos princípios de redução, reaproveitamento ou reciclagem? O resíduo orgânico é utilizado para compostagem e para alimentar os porcos e há separação do material reciclável. Utilizam caixas de madeira retornáveis para entregar as verduras, para não utilizar saquinhos plásticos, procuram comprar produtos com menos embalagens e tudo que dá para ser aproveitado é reutilizado.

Outros:

1.5 Aspectos econômicos

Quais os setores de produção da propriedade: apenas agricultura

Rentabilidade: variável com a venda das verduras orgânicas e fixo de R\$ 4.200,00 pela área arrendada e as despesas fixas e variáveis com a folha de pagamento, impostos, manutenção, alimentos, luz e extras.

Geração de empregos: 03 empregados registrados e em época de colheita e serviços extras contratação de mão de obra avulsa.

FASE 2 - Caracterização da Cidade ou Comunidade

2.1 Aspectos físicos ou espaciais

Delimitação da área (mapa):

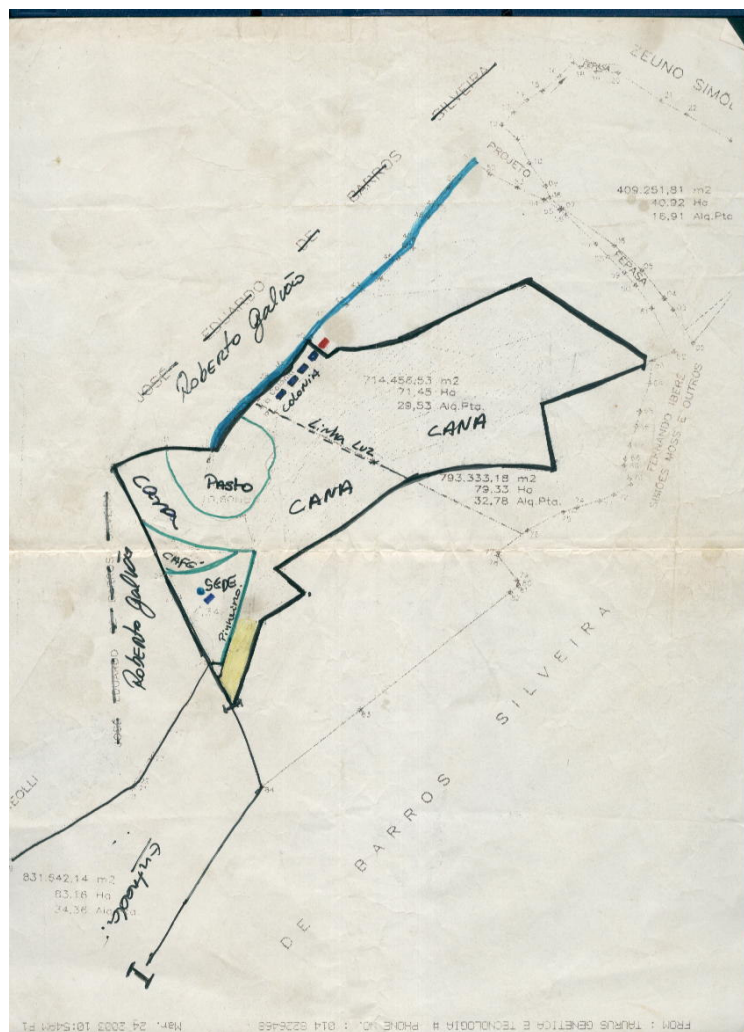


Figura 17 – Delimitações da Fazenda Deca de Barros

Localização (macro e micro): São Manuel, no planalto entre as serras de Botucatu e dos Cordeiros, região central do Estado de São Paulo, ladeado pelos rios Tietê e Paranapanema, com uma altitude de 709 metros, a 270 Km da capital paulista.

Acesso à cidade: Rodovia Marechal Rondon; Rodovia Geraldo Pereira de Barros e Rodovia João Lazaro Almeida Prado ou SP255.

Aspectos históricos: cidade de São Manuel do Paraíso foi fundada em 17 de junho de 1870.

Possui algum monumento histórico: um monumento homenageando os cantores sertanejos Tonico e Tinoco, um museu e igrejas antigas

Meios de hospedagem: 3 pequenos hotéis.

Alimentos e bebidas: restaurantes, pizzarias e lanchonetes.

Entretenimentos: Clube recreativo e clube de campo; estádio poliesportivo

Condicionamento físico/saúde: Possui um hospital público e 05 postos de saúde.

Outros serviços: A cidade possui uma boa infra-estrutura complementar como farmácias, restaurantes, clubes, supermercados e um pequeno comércio.

Recursos humanos para o turismo: Existe uma faculdade de Turismo e cursos profissionalizantes da prefeitura

Turismo receptivo: praticamente inexistente.

Caracterização da demanda (se já existir): não

Caracterização do turismo receptivo: não

Marketing: criação do site da cidade (em construção); divulgação dos recursos naturais no Projeto Pólo Cuesta

Turismo emissivo: Possui uma agência de viagens que realiza passeios e viagens de ônibus

Outros:

2.2 Aspectos sociais

Hábito de vida: A cidade desenvolve alguma ação social: Dentro da área de promoção social a prefeitura organiza cursos e palestras referentes a: programa de alfabetização rural; Artesanato com palha de milho – flores; Artesanato com palha de milho – decorativos; Processamento de frutas; Pães; Gincana recreativa e cultural; Criação da ACAPEL (Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável de São Manuel), com a finalidade de reintegrar à sociedade as pessoas que viviam desumanamente no lixão e hoje emprega cerca de 25 famílias, que separam e comercializam materiais recicláveis, garantindo a todos uma renda mensal e cesta básica; Implantação da Coleta Seletiva; assumiu compromisso com a UNICEF, garantindo: “Criança no lixo nunca mais”; cidade desenvolve outros projetos para o aperfeiçoamento profissional que incentivam a diminuição do êxodo rural e proporcionam a comunidade oportunidade de trabalho com cursos oferecidos pelo SENAR-SP (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), tais como: Operação e manutenção de tratores agrícolas – tratorista; Manutenção de automotriz (colheitadeira de milho e soja); bovinocultura de leite – inseminação artificial; cerqueiro; eletricitista rural; piscicultura – Cultivo em tanques cavados; rédeas e doma racional; apicultura; programa de turismo rural; programa de olericultura orgânica; minhocultura; ovinocultura; bovinocultura de corte; avicultura de corte, entre outros.

Demografia: Com uma população de 35.810 habitantes segundo dados do IBGE 2004.

Condições de vida: O número de população rural – 2.509 habitantes; número de população urbana – 33.933 habitantes e; número de propriedades rurais – 375 (Segundo dados do IBGE 2004).

Outros:

2.3 Aspectos culturais

Folclore/tradição: não

Eventos/festas: Festa do Peão de São Manuel

A cidade desenvolve alguma produção cultural importante: não

Artesanatos: pouco, arte em palha

Festas religiosas: Corpus Christi e Festa Nossa Senhora Aparecida

Manifestações folclóricas: não

Outros:



Figura 18 – Festa religiosa de Corpus Christi



Figura 19 – Tapetes de rua da festa religiosa de Corpus Christi

2.4 Aspectos ambientais

A cidade realiza alguma ação relacionada à área de educação ambiental? Em relação à Educação Ambiental, foi elaborado um plano pelo município, que privilegiou ações relacionadas ao problema do lixo na cidade e é feita principalmente nas escolas municipais. Os alunos contam com duas horas semanais de educação ambiental, juntamente com as aulas de informática, tudo isso com o objetivo de formar multiplicadores em relação à proteção e preservação do meio ambiente; o projeto que o município está pleiteando para ser estância turística junto ao governo estadual, pois possui grande potencial neste sentido, principalmente no turismo rural; o município faz parte do Pólo Cuesta, que é um consórcio entre 10 cidades do Centro Oeste Paulista, unidas com o objetivo de desenvolver o turismo regional de forma sustentável, promovendo, preservando e resgatando suas riquezas naturais, culturais, históricas e arquitetônicas.

Se a cidade realiza atividade turística, existe?

Controle de visitantes: não

Informações sobre os visitantes: não

Há produtos ecológicos? Quais? Algumas propriedades que cultivam principalmente verduras e frutas orgânicas, criação de gado em pasto verde.

Existe alguma ação para proteção ou preservação da diversidade? destacam-se: o Projeto de Microbacias Hidrográficas, em parceria com a Prefeitura e Secretaria Estadual de Agricultura, que contempla três microbacias e tenta recompor as APP's (Áreas de Proteção Permanente) do córrego do Pimenta - Paraíso (em fase conclusiva), Rio Claro e afluentes e Córrego Santo Antonio. Obs: No córrego Araquazinho as APPs estão bastante preservadas. Os principais objetivos deste projeto de microbacias são a Educação Ambiental, recomposição das APP's e o uso sustentável do solo da região, além de disseminar atitudes sustentáveis à população; A cidade está desenvolvendo um estudo para catalogar os recursos e os atrativos naturais;

Há utilização de ferramentas para identificar os impactos ambientais? Quais? não

Há disseminação do conhecimento ecológico? não

Existe algum sistema de gestão ambiental na cidade? não

Há utilização de recursos (tecnologias, equipamentos e materiais) ecológicos? não

A cidade desenvolve alguma campanha para utilização de energia, água ou tratamento de efluentes? A prefeitura realiza palestras nas escolas para conscientizar os alunos sobre os recursos naturais e nos órgãos públicos há campanha para deixar luzes apagadas, torneiras fechadas e reciclar o lixo.

Coleta de lixo: Municipal de segunda a sexta feira normal e reciclável.

Destinação de lixo contaminante: sem informações

Destinação do lixo seco: Reciclagem

A cidade utiliza-se de algum dos princípios de redução, reaproveitamento ou reciclagem? Sim

Outros:

2.5 Aspectos econômicos

Quais os setores de produção da cidade:

Tipo: Sustentação econômica do município: cana de açúcar, total de 28 mil hectares, produzindo 2.380.000 t. de matéria prima para a indústria sulcoalcooleira; 2,5 milhões de pés de café; rebanho bovino atual – em torno de 15.000 cabeças espalhadas por cerca de 15.000 há. de pastagem; a citricultura introduzida no final de 1980, vai se arrastando com seus 270 há, com seus altos e baixos; o reflorestamento se mantém constante com seus 2.000 há

Sustentação econômica na área de indústria e comércio: 1º - Usina Açucareira São Manuel; 2º - Cooperativa de Cafeicultores de São Manuel - Cafenoel e; 3º - Cervejaria Belco.

Mão de obra: predomínio rural

Êxodo rural: % de importância na economia:

Demografia: O número de população rural – 2.509 habitantes; número de população urbana – 33.933 habitantes e; número de propriedades rurais – 375 (Segundo dados do IBGE 2004).

Condições de vida:

Outros:

FASE 3 - Caracterização da Região

Cidades próximas: O município de São Manuel está localizado entre as cidades de Botucatu (18 Km), Barra Bonita (25 Km), Lençóis (20 Km) e Avaré (75 Km), nas quais já existe uma exploração do turismo, apesar de serem cidades economicamente agrícolas.

Potencial, locais ou monumentos históricos importantes das cidades próximas; Turismo e Recursos naturais importantes: Botucatu: Cercada de Serras (conhecida como Cuestas), é sede de uma Universidade Estadual e abriga grande número de estudantes, possui inúmeras fazendas que exploram o turismo rural e o ecoturismo;

Barra Bonita: Localizada as margens do Rio Tiete, possui a mais antiga eclusa da América Latina e a principal produtora de açúcar e álcool do País, a Usina da Barra. A argila retirada do rio serve para a fabricação de tijolos de diversas olarias locais,

atividade econômica tradicional no município, possui famoso hotel Estância da Barra e diversos passeios pelo rio;

Lençóis: Pequena cidade agrícola que abriga a Usina Barra Grande;

Avaré: Lugar de Enduro, provas eqüestres e esportes náuticos. A Represa de Jurumirim é o ponto de referência da cidade, atraindo diversos turistas que se alojam em camping, hotéis e chácaras ao redor da represa.

FASE 4 - Relatório da Caracterização

Finalização da caracterização onde estarão resumidos os pontos que o planejador achar coerente conforme os objetivos do planejamento.

Levantamento dos pontos fortes e fracos; Potencial do local, cidade e região; Impactos negativos e positivos que o empreendimento gera sobre os meios naturais, culturais e sociais:

A Fazenda Deca de Barros apresenta um grande potencial para desenvolver o turismo rural sustentável, o relatório abaixo aponta algumas das potencialidades e oportunidades resultantes da Caracterização ecológica e turística:

- » Possui 12 casas de três cômodos cada, atualmente sem uso e que podem servir de alojamentos;
- » Possui estrutura de abastecimento energético suficiente para até 100 pessoas;
- » Utiliza roda d'água para distribuição da água de uma das nascentes por toda a propriedade (sistema que utiliza a própria água como geradora de energia para o bombeamento);
- » Possui nascentes de água potável para total abastecimento da propriedade;
- » Apesar do predomínio da plantação de cana de açúcar, possui outras espécies de plantações (policultura, que favorece a terra e o ciclo de vida do solo) muitas destas plantações são orgânicas (que não agredem o meio ambiente);
- » Área suficiente para realizar atividades recreativas com quadras, piscina, gramado, entre outros;

- » Maquinário e utensílios adequados para o perfeito funcionamento e produtividade da propriedade;
- » Pomar e horta para abastecimento de frutas e verduras orgânicas;
- » Mão de obra especializada para fazer a propriedade produzir;
- » Proprietários com uma boa percepção com o comprometimento da sustentabilidade ecológica da propriedade;
- » Possui tanques com peixes para atividades de pesca e abastecimento de alimento para propriedade;
- » Animais para entretenimento;
- » Instalações e paisagens conservadas e preservadas;
- » A família tem intenção de desenvolver atividades produtivas na propriedade em harmonia com o meio ambiente;
- » Possui diferentes espécies de árvores, algumas em extinção, e muita área verde para desenvolver a educação ambiental;
- » Realiza de forma informal a educação ambiental;
- » O município apresenta preocupações em preservar, conservar e desenvolver a educação ambiental;
- » O município apresenta preocupações em preservar, conservar e desenvolver a atividade turística sustentável;
- » O município tem conhecimento do potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas voltadas ao meio ambiente como o turismo rural;
- » O município está se engajando em projetos para o desenvolvimento do turismo, o que ajuda o empreendimento a realizar divulgação;
- » O acesso à propriedade é fácil e em bom estado e permanece assim durante todo ano devido as Usinas terem o dever de conserva-las;
- » Propriedade localizada entre municípios com diversos atrativos turísticos (represas, eclusas, cachoeiras e outros);
- » A cidade está desenvolvendo um estudo para catalogar os recursos e atrativos naturais;
- » Possui infra-estrutura complementar urbana suficiente para realização da atividade turística (farmácias, hospitais, táxis, rodoviária, posto de saúde,

supermercados, sistema de transporte coletivo, comércio, museu, praças, monumentos históricos);

- » Para o desenvolvimento da atividade turística, devem ser elaboradas estratégias baseadas em estudos que apontem por exemplo, a capacidade de carga turística, tipo de educação ambiental e turística que deve ser abordado, tipo de divulgação a ser realizada, implementação de um sistema de registro para estatísticas de ocupação, investimento, treinamento e profissionalização dos trabalhadores; criação de parcerias com escolas e comunidades para disseminação da educação ambiental.

O relatório de Caracterização Ecológica e Turística - CET apenas aponta os potenciais e oportunidades da propriedade, ficando a cargo da segunda fase – o plano de ações – apontar quais medidas e estratégias devem ser tomadas para o desenvolvimento do turismo rural sustentável na propriedade, com suas respectivas metas e prazos de implementação. O plano de ação deve ser coerente com o objetivo principal do planejamento.

O índice financeiro ou econômico não foi abordado a fundo, porém será necessário o levantamento dos recursos financeiros e disponibilidade de capital no ato de elaboração do plano de ação, pois qualquer mudança ou adaptação sempre necessita de investimentos.

5.4 Conclusão do capítulo

Este capítulo abordou o modelo proposto para o presente trabalho, a Caracterização Ecológica e Turística CET, sua estrutura, como aplicá-lo em empreendimentos rurais, sua metodologia e quais seus objetivos. Mostrou a estrutura de um planejamento turístico com a utilização da CET. No caso específico deste estudo o planejamento turístico tem o objetivo de implementar o turismo rural sustentável, o que mostra a eficácia do modelo proposto pois aborda o levantamento completo do empreendimento e da região em consonância com a sustentabilidade, abordando os aspectos sociais, ambientais, econômicos, culturais e espaciais gerando informações para ser realizado o plano de ação.

Abordou uma análise crítica mostrando os objetivos dos modelos de Silveira e Ruschmann os quais foram utilizados como base para o desenvolvimento da CET. Mostrou na prática a aplicação da caracterização ecológica e turística na Fazenda Deca de Barros e com o relatório da fase 4, fica clara a potencialidade do empreendimento como o da região para realizar uma atividade turística sustentável, que poderá ser implementada após a efetivação completa do planejamento sugerido neste trabalho. O desenvolvimento do turismo rural sustentável na propriedade poderá trazer outras formas de desenvolvimento da mesma, assim como, a disseminação de modelos sustentáveis de produção, que contribuam para o meio ambiente.

6 CONCLUSÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

6.1 Conclusões finais

Existe uma gama de alternativas sustentáveis para a realização de atividades produtivas que desenvolvem e contribuem para uma melhor qualidade de vida das populações e do planeta. São através de tecnologias, equipamentos, materiais e principalmente as atitudes do ser humano frente as necessidades de conservação e proteção dos meios naturais, culturais e sociais, que a humanidade conseguirá se desenvolver harmonicamente em todos os sentidos.

As desigualdades sociais, a produção de lixo, a alta utilização dos recursos naturais não renováveis e o consumo desenfreado são alguns exemplos de problemas gerados por atividades sem controle e sem planejamento, e são nestas áreas que se deve tomar atitudes que façam a diferença, atitudes de extrema necessidade.

Todos os aspectos sociais, culturais e naturais se desenvolvem inter-relacionados, um exemplo, é o intenso processo de degradação da qualidade de vida das grandes metrópoles. São doenças, falta de segurança, poluição sonora, visual e ambiental entre outros problemas. Quando o crescimento é desordenado, as más conseqüências são sempre maiores que os benefícios gerados.

O turismo é uma atividade que necessita de um bom planejamento, quando feito sem controle, utiliza e esgota rapidamente todos os recursos do local. Muitas localidades não têm a capacidade de suprir suas necessidades de coleta e destinação do lixo, de controle de efluentes, policiamento, atendimento médico, consumo de energia entre outros de sua própria população, quanto mais para a sobrecarga gerada pelos visitantes, onde em algumas localidades pode dobrar o número de pessoas em uma região.

Um bom planejamento realiza um estudo dos meios, verificando as potencialidades do local, sua capacidade de carga, que é a quantidade de turistas que um local pode receber durante um determinado período, as características culturais da população, para não gerar conflitos entre outros aspectos, e assim faz

com que a localidade se desenvolva com a atividade e não sofra suas piores conseqüências, tornado a atividade turística sustentável.

O planejamento para um turismo sustentável aborda todas as dimensões de sustentabilidade abordadas por Sachs (1993): as sociais, culturais, espaciais, econômicas e naturais. Porém uma atividade turística sustentável geralmente acontece em locais que recebem um número reduzido de visitantes pelo fato dos impactos serem mais fáceis de serem controlados e minimizados. Grande parte destas localidades se dedicam a atividades turísticas de lazer relacionadas a natureza, onde o meio ambiente é a maior matéria prima.

No Brasil, um país rico na diversidade ambiental, cultural e social e principalmente com grandes regiões rurais o Turismo Rural Sustentável surge como uma ferramenta para desenvolver, conservar e proteger esta riqueza. É uma atividade que agrega muitos valores para agricultores e sua região. Trazendo a diminuição do êxodo rural; o desenvolvimento econômico para pequenas localidades; a valorização da agricultura familiar; difusão de conhecimentos e técnicas das ciências agrárias; reencontro dos cidadãos com suas origens rurais e com a natureza; e a disseminação do modo mais sustentáveis de vida entre outros benefícios.

O modelo proposto no presente trabalho, a caracterização ecológica e turística - CET, deve contribuir e enriquecer o leque de opções de diagnósticos para um planejamento turístico sustentável, pois, visa abordar as características e os aspectos para a sustentabilidade em empreendimentos rurais e sua região. A CET é uma caracterização para ser utilizada por empreendedores rurais que queiram realizar um planejamento turístico sustentável. Tem como objetivo fazer um levantamento da infra-estrutura abordando todas os aspectos da sustentabilidade do local e da região. Pode ser utilizado como uma primeira etapa no planejamento, o relatório que a CET gera pode servir de apoio para o plano de ação.

Para comprovar a sua eficácia foi aplicado na Fazenda Deca de Barros, uma fazenda ao qual os donos tem intenção de desenvolver a atividade turística rural sustentável. A caracterização mostrou-se eficiente a respeito da proposta inicial de fazer um levantamento da infra-estrutura e apontar aspectos sustentáveis da propriedade. Os itens preenchidos mostram o que o empreendimento já realiza ou desenvolve e aqueles itens que não foram preenchidos podem servir de base para a adequação ou implementação de propostas sustentáveis tanto da atividade turística

como da fazenda. A etapa 4 da CET , o relatório final fica evidente o potencial do empreendimento e da região para desenvolver o turismo rural sustentável pois aponta pontos fortes e fracos, suas fragilidades e potencialidades direcionando o planejador a desenvolver alternativas que preservem e valorizem as riquezas locais e da região, além de minimizar os impactos sobre os meios naturais, culturais e sociais.

Todos os objetivos propostos para o desenvolvimento deste trabalho foram alcançados, tendo sido desenvolvidos da seguinte forma: realizou-se um estudo referencial sobre turismo, meio ambiente e planejamento turístico para servir de base no desenvolvimento da proposta, a elaboração do modelo de Caracterização Ecológica e turística; aplicou-se em um empreendimento rural como um estudo de caso e comprovação da sua eficácia. Os resultados apontam que o modelo também atingiu seu objetivo proporcionando ao empreendimento a oportunidade de desenvolver a atividade turística rural sustentável; e mostra a importância de serem realizadas atividades produtivas que respeitem o meio ambiente, os aspectos sociais e culturais das comunidades além de apontar formas de desenvolvimento mais harmônicas para o planeta, formas que garantirão o futuro para as próximas gerações.

6.2 Recomendações para trabalhos futuros

A dissertação possui uma ampla variedade de temas que não são muito explorados e podem e devem servir para outros trabalhos ou linhas de pesquisa, principalmente quando aborda questões de planejamento turístico sustentável e turismo rural que é um tema restrito em materiais bibliográficos no meio acadêmico e pode ser melhorado contribuindo para o perfeito desenvolvimento de tais assuntos.

O que se sugere para trabalhos futuros é ampliar e explorar melhor a temática referente a sustentabilidade ecológica e turística de empreendimentos rurais, contribuindo para minimizar impactos negativos em tais estabelecimentos e colaborando para um desenvolvimento sustentável do planeta e principalmente do Brasil, que possui uma grande quantidade de regiões rurais com grande potencial e diversidade para o desenvolvimento do turismo rural sustentável.

Outra recomendação é a continuidade do planejamento turístico proposto neste estudo, a fim de comprovar após a sua efetiva aplicação a viabilidade da proposta. É um modelo que pode ser aplicado em qualquer empreendimento rural que tenha como objetivo desenvolver a atividade turística sustentável.

Mas a maior recomendação de todas é que todos de uma maneira geral continuem a desenvolver ações que possam gerar melhoria não só para o meio ambiente, mas para todo o planeta Terra, pois sabe-se que são atitudes pontuais como a sustentabilidade de uma propriedade rural, que tornam possível a melhoria do todo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. V. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1998.
- ANJOS, F. A. **Processo de planejamento e gestão de territórios turísticos: uma proposta sistêmica**. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- ANSARAH, M. G. R. (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. 2. ed. São Paulo: Senac, 2001.
- ARRILLAGA, J. I. **Introdução ao estudo do turismo**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.
- BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARRETO, M. **Planejamento e organização do turismo**. Campinas: Papirus, 2000.
- BARROS, P. M. de. **Modelo de planejamento para implementação e desenvolvimento do ecoturismo: diagnóstico ecoturístico – estudo de caso**. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.
- BUKART, A J. e MEDLIK, S. **Tourism: Past, present and future**. Londres: Heinemann, 1986.
- CALS, J.; CAPELÀ, J.; VAQUÉ, E. **El turismo em el desarrollo rural em Espana**. Madri: Min de Agricultura, 1995.
- CAMARGO, A. L. B. **As dimensões e desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.
- CEBALLOS – LASCURÁIN. **Tourism, ecotourism and protect areas**. UK: IUCN – Protected Areas Program, 1996.
- CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- DE LA TORRE, O. P. **El turismo: fenómeno social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

EMBRATUR. Disponível em: < www.embratur.org.br>. Acesso em: 14 dez. 2004 e 16 jan. 2005.

EMBRATUR/IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo de trabalho interministerial. Brasília: MICT/MMA, 1994.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2001.

FOURASTIÉ, J. **Lês trente glorieuses ou la révolution invisible de 1946 a 1975**. Paris: Foyoral, 1979.

GIANGIORDANO, A. C. **Nuevas fronteiras del turismo rural em Europa: el proyecto learder della Comunidad Europea**. São Paulo: CRP/ECA/USP, 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1993

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: Contexto, 2001.

IBAMA. Disponível em: <www.ibama.org.br>. Acesso em: 25 fev. 2005.

KOHLRAUSCH, A. K. **A rotulagem ambiental no auxílio à formação de consumidores conscientes**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

KRAUSE, G.A. Natureza revolucionaria da sustentabilidade. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.

MAIMON, D. **Responsabilidade ambiental das empresas brasileiras: realidade ou discurso - desenvolvimento e natureza: estudo para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Ed. Cortez, 1996.

NICOLAS, D. H. Elementos para um análisis sócio-geográfico del turismo. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e geografia**. São Paulo: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. São Paulo: Atlas, 1996.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Disponível em: <www.world-tourism.org>. Acesso em: 15 dez. 2004.

PNUMA - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. Informe anual de 1991. Nairobi, 1992.

PROGRAMA NACIONAL DE MUNICIPALIZAÇÃO DO TURISMO. Oficina de treinamento dos monitores municipais do PNMT – Relatório. Joinville: PNMT, 1995.

RABAHY, W. A. **Planejamento do turismo: estudos econômicos e fundamentos econométricos**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

RUSCHMANN, D. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: FUNDAP, 1993.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

SARTOR, L. F. **Turismo rural**. Porto Alegre: Ed. Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Org). **Viagens a natureza: turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

SILVA E. L.; MENESES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: LED/UFSC. 2001.

SILVEIRA, A. D. **Avaliação de ações de empreendimentos ecoturísticos considerando a integração das dimensões conceituais do ecodesenvolvimento e do ecoturismo**. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SILVEIRA, M. A. T. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A.B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SOLDATELI, M. **Oportunidades e riscos do turismo em Rancho Queimado: subsídios para o turismo sustentável um estudo de caso**. 1999. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) - Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

TIEZZI, E. **Tempos históricos, tempos biológicos: a terra ou a morte - problemas da nova ecologia**. São Paulo: Nobel, 1988.

TULIK, O. Do conceito as estratégias para o desenvolvimento do turismo rural. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo e desenvolvimento local**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

VALENTI, J. V. Lãs distintas visiones geográficas de lãs relaciones entre naturaleza y hombre. **Revista Geografica**. Barcelona; v. xviii, 1984.

YOUNG, P. **Métodos científicos de investigación social**. México: Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad del México, 1960.

APÊNDICE A - Caracterização ecológica e turística

Objetivo do planejamento:

Responsável pelo planejamento:

FASE 1 - Caracterização Geral do Empreendimento

1.1 Aspectos físicos ou espacial

Nome da propriedade:

Endereço:

Área:

Proprietários:

Delimitação da área (mapa):

Localização (macro e micro):

Administração:

Histórico:

Acesso:

Aspectos históricos:

Possui algum monumento histórico:

Cadeia produtiva e sua descrição:

O empreendimento está de acordo com a legislação vigente em relação:

Ocupação e uso do solo:

Legislação vigente:

Zoneamento:

Mapeamento de equipamentos:

Mapeamento das instalações:

Área recreativa:

Meios de hospedagem:

Alimentos e bebidas:

Entretenimentos:

Condicionamento físico/saúde:

Outros serviços:

Recursos humanos para o turismo:

Turismo receptivo:

Caracterização da demanda (se já existir):

Caracterização do turismo receptivo:

Marketing:

Turismo emissivo:

Outros:

1.2 Aspectos sociais

Hábito de vida:

O empreendimento realiza alguma ação que interaja com a comunidade local?

O empreendimento realiza alguma política de responsabilidade social ou possui algum comprometimento com os colaboradores?

Outros:

1.3 Aspectos culturais

Folclore / tradição

Eventos / festas:

Qual o envolvimento da propriedade ou dos proprietários com a produção cultural?

Artesanatos:

Festas religiosas:

Manifestações folclóricas:

Produção artística:

Outros:

1.4 Aspectos ambientais

Áreas naturais:

Áreas naturais sensíveis:

Geologia:

Solo:

Clima:

Vegetação:

Fauna silvestre:

Recursos naturais:

O empreendimento realiza alguma ação relacionada à área de educação ambiental?

Se a propriedade já realiza visitas (de turistas), existe:

Controle de visitantes:

Informações sobre os visitantes:

Mapeamento de visitas:

Horários pré-determinados:

Estudo de capacidade de carga:

Políticas de administração:

Que tipo de cadeia produtiva o empreendimento possui e sua descrição?

Há produtos ecológicos? Quais?

Monocultura:

Policultura:

Qual a rotatividade de produtos agrícolas:

Que tipo de prática utiliza:

Existe alguma ação para proteção ou preservação da diversidade?

Há utilização de ferramentas para identificar os impactos ambientais? Quais?

Há disseminação do conhecimento ecológico?

Existe algum sistema de gestão ambiental no empreendimento?

Há utilização de recursos (tecnologias, equipamentos e materiais) ecológicos?

1.4.1 Recursos hídricos

Estrutura própria ou pública:

Tipo de abastecimento de água:

Recebe tratamento:

Políticas para uso restrito de água;

Destinação de efluentes:

Reaproveitamento de água:

1.4.2 Recursos energéticos

Qual fonte de energia?

Capacidade ou carga de energia:

Política de restrição de uso racional de energia:

Fonte alternativa de energia:

1.4.3 Resíduos sólidos

Coleta de lixo:

Destinação de lixo contaminante:

Destinação do lixo seco:

O empreendimento utiliza-se de algum dos princípios de redução, reaproveitamento ou reciclagem?

Outros:

1.5 Aspectos econômicos

Quais os setores de produção da propriedade:

Rentabilidade:

Geração de empregos:

FASE 2 - Caracterização da Cidade ou Comunidade

2.1 Aspectos físicos ou espacial:

Delimitação da área (mapa):

Localização (macro e micro):

Acesso à cidade:

Aspectos históricos:

Possui algum monumento histórico:

Meios de hospedagem:

Alimentos e bebidas:

Entretenimentos:

Condicionamento físico/saúde:

Outros serviços:

Recursos humanos para o turismo:

Turismo receptivo:

Caracterização da demanda (se já existir):

Caracterização do turismo receptivo:

Marketing:

Turismo emissivo:

Outros:

2.2 Aspectos sociais

Hábito de vida:

A cidade desenvolve alguma ação social:

Demografia:

Condições de vida:

Outros:

2.3 Aspectos culturais

Folclore / tradição

Eventos / festas:

A cidade desenvolve alguma produção cultural importante:

Artesanatos:

Festas religiosas:

Manifestações folclóricas:

Outros:

2.4 Aspectos ambientais

A cidade realiza alguma ação relacionada à área de educação ambiental?

Se a cidade realiza atividade turística, existe?

Controle de visitantes:

Informações sobre os visitantes:

Há produtos ecológicos? Quais?

Existe alguma ação para proteção ou preservação da diversidade?

Há utilização de ferramentas para identificar os impactos ambientais? Quais?

Há disseminação do conhecimento ecológico?

Existe algum sistema de gestão ambiental na cidade?

Há utilização de recursos (tecnologias, equipamentos e materiais) ecológicos?

A cidade desenvolve alguma campanha para utilização de energia, água ou tratamento de efluentes?

Coleta de lixo:

Destinação de lixo contaminante:

Destinação do lixo seco:

O empreendimento utiliza-se de algum dos princípios de redução, reaproveitamento ou reciclagem?

Outros:

2.5 Aspectos econômicos

Quais os setores de produção da cidade:

Tipo:

Mão de obra:

Êxodo rural:

% de importância na economia:

Demografia:

Condições de vida:

Outros:

FASE 3 - Caracterização da Região

Cidades próximas:

Potencial das cidades próximas:

Locais ou Monumentos históricos importantes:

Turismo:

Recursos naturais importantes:

FASE 4 - Relatório da Caracterização

Finalização da caracterização onde estarão resumidos os pontos que o planejador achar coerente conforme os objetivos do planejamento.

Levantamento dos pontos fortes e fracos:

Potencial do local, cidade e região:

Impactos negativos e positivos que o empreendimento gera sobre os meios naturais, culturais e sociais:

ANEXO A – Referência de termos para conceituação de turismo rural

a) Atividades turísticas no meio rural

Constituem-se da oferta de serviços, equipamentos e produtos de tais como: hospedagem; alimentação; recepção à visitação em propriedades rurais; recreação, entretenimento e atividades pedagógicas vinculadas ao contexto rural; outras atividades complementares às acima listadas, desde que praticadas no meio rural, que existam em função do turismo ou que se constituam no motivo da visitação.

b) Meio rural

Baseia-se na noção de território, com ênfase no critério da destinação e na valorização da ruralidade. Assim, considera-se território

um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais, como ambiente, economia, sociedade, cultura, política e instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (DIRETRIZES..., 2005, p.6-7).

Nos territórios rurais, tais elementos manifestam-se, predominantemente, pela destinação da terra, notadamente focada nas práticas agrícolas, e na noção de ruralidade, ou seja, no valor que sociedade contemporânea concebe ao rural, e que contempla as características mais gerais do meio rural: a produção territorializada de qualidade, a paisagem, a biodiversidade, a cultura e certo modo de vida, identificadas pela atividade agrícola, a lógica familiar, a cultura comunitária, a identificação com os ciclos da natureza.

c) Comprometido com a produção agropecuária

É a existência da ruralidade, de um vínculo com as coisas da terra. Desta forma, mesmo que as práticas eminentemente agrícolas não estejam presentes em escala comercial, o comprometimento com a produção agropecuária pode ser representado pelas práticas sociais e de trabalho, pelo ambiente, pelos costumes e tradições,

pelos aspectos arquitetônicos, pelo artesanato, pelo modo de vida considerados típicos de cada população rural.

d) Agregando valor a produtos e serviços

A prestação de serviços relacionados à hospitalidade em ambiente rural faz com que as características rurais passem a ser entendidas de outra forma que não apenas focadas na produção primária de alimentos. Assim, práticas comuns à vida campesina, como manejo de criações, manifestações culturais e a própria paisagem passam a ser consideradas importantes componentes do produto turístico rural e, conseqüentemente, valorizadas e valoradas por isso.

A agregação de valor também faz-se presente pela possibilidade de verticalização da produção em pequena escala, ou seja, beneficiamento de produtos *in natura*, transformando-os para que possam ser oferecidos ao turista, sob a forma de conservas, produtos lácteos, refeições e outros.

e) Resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural

O Turismo Rural, além do comprometimento com as atividades agropecuárias, caracteriza-se pela valorização do patrimônio cultural e natural como elementos da oferta turística no meio rural. Assim, os empreendedores, na definição de seus produtos de Turismo Rural, devem contemplar com a maior autenticidade possível os fatores culturais, por meio do resgate das manifestações e práticas regionais (como o folclore, os trabalhos manuais, os “causos”, a gastronomia), e primar pela conservação do ambiente natural (DIRETRIZES..., 2005, p.6-7).

ANEXO B - Esquema de trabalho - roteiro para diagnóstico turístico em localidades receptoras - RUSCHMANN

- Caracterização geral
 1. Delimitação da área (mapa)
 - 1.1 Localização e limites
 - 1.2 Delimitação da área objeto do estudo
 2. Aspectos históricos e administração geral
 - 2.1 Histórico
 3. Aspectos socioeconômicos
 - sociais
 - demografia
 - condições de vida
 - economia
 - setores de produção – tipos/mão de obra/êxodo rural/% na importância econômica
 - ocupação e uso do solo – urbano e rural
 - legislação
 - infra-estrutura básica (instalada e prevista)
 - de acesso
 - urbana
 - equipamentos e serviços
- Caracterização dos aspectos turísticos (inventário turístico)
 1. Condições naturais
 - geologia
 - geomorfologia
 - solos
 - clima
 - vegetação
 - fauna silvestre
 - recursos hídricos
 - paisagem
 - tipificação

qualificação visual da paisagem

intrusões visuais (sinalização)

2. Recursos culturais

arqueologia

monumentos históricos

folclore/tradição/habito de vida

manifestações artísticas do local/ artistas de destaque/ estilos/ principais obras

ciência e tecnologia – centros de estudos/pesquisas/desataques tecnológicos e científicos

eventos /festas

3. Infra-estrutura turística

3.1 Meios de hospedagem

3.2 Alimentos e bebidas

entretenimentos

condicionamento físico/saúde

agenciamento

outros serviços

3. Recursos humanos para o turismo

4. Turismo receptivo

caracterização da demanda (se já existir)

caracterização do turismo receptivo

marketing

5. Turismo emissivo

ANEXO C - Modelo de avaliação de empreendimento ecoturístico – MAEE - SILVEIRA

Dimensão	Indicador	Pontos	Avaliação	Pontuação
Cultural	Educação e Interpretação ambiental	1	O empreendimento não apresenta ações de educação ambiental nem estrutura de interpretação.	
		2	O empreendimento apresenta ações esporádicas relacionadas a educação ambiental, de caráter informal, destinada a público específico. A interpretação é feita de forma pessoal através dos guias locais.	
		3	O empreendimento apresenta ações esporádicas relacionadas a educação ambiental destinadas a todos os setores. Apresenta, além dos guias, sinalização para interpretação ambiental.	
		4	O empreendimento mantém um programa estruturado de educação ambiental destinada a todos os atores sociais. Sinalização, diretrizes ecoturísticas e guias são os recursos de interpretação presentes.	
		5	O empreendimento mantém um programa estruturado de educação ambiental destinado a todos os atores sociais assim como apresenta um serviço de informação, guias, centro de visitantes e veículos de comunicação direcionada a educação ambiental.	
	Competência ecológica	1	Acesso limitado a ciência e tecnologia, sem preocupação em buscar alternativas com menor impacto nos sistemas de suporte de vida.	
		2	Há disseminação do conhecimento ecológico, em seus aspectos conceituais e técnicos, através de treinamentos práticos.	
		3	Observa-se a existência de sistema de gestão ambiental.	
		4	Há pesquisa e aplicação de tecnologia e materiais alternativos, em pequena escala, visando práticas ambientalmente saudáveis.	
		5	Há amplo uso de recursos (tecnologia materiais e sistemas de gestão) ecologicamente corretos	
	Expressões culturais	1	Não apresenta indício de produção cultural, como artesanatos, festas religiosas ou profanas, manifestações folclóricas.	
		2	Apresenta indício de produção cultural, como artesanatos, festas religiosas ou profanas, manifestações folclóricas.	
		3	Apresenta mapeamento das atividades culturais, administração da agenda de eventos e inserção constante de novas atividades culturais e artefatos.	
		4	Apresenta ações de preservação do patrimônio histórico cultural.	
		5	Promove o desenvolvimento da cultura local pelo incentivo a diversificação das expressões culturais de decisão individual e/ou coletiva.	

Dimensão	Indicador	Pontos	Avaliação	Pontuação
Ecológica	Gestão da biodiversidade	1	Não existe mapeamento da diversidade natural compreendido por fauna, flora e paisagens. Não existe identificação de ecossistemas. Não há ações de proteção/preservação da biodiversidade.	
		2	Existe mapeamento parcial da diversidade natural compreendido por fauna, flora e paisagens. Há identificação rudimentar de ecossistemas. Não há ações de proteção/preservação da biodiversidade.	
		3	Existe mapeamento total da diversidade natural compreendido por fauna, flora e paisagens. Há identificação parcial de ecossistemas. Há ações esporádicas de proteção/preservação da biodiversidade.	
		4	Existe mapeamento da diversidade natural assim como há identificação de ecossistemas. Há ações fixas de proteção/preservação da biodiversidade.	
		5	Existe mapeamento total da diversidade natural assim como há identificação de ecossistemas. Há ações formais de proteção/preservação da biodiversidade.	
	Identificação de impactos antrópicos no meio ambiente	1	Não há preocupação em identificar os impactos antrópicos no meio ambiente, seja ele natural ou social.	
		2	Há utilização de ferramentas para identificar os impactos ambientais.	
		3	Há elaboração de plano e efetiva execução de ações mitigadoras e compensatórias dos impactos antrópicos no meio ambiente.	
		4	Há a definição de políticas de conservação e preservação do meio ambiente.	
		5	As instrumentos administrativos, para dar suporte às ações de conservação e preservação do meio físico e biótico em relação aos impactos antrópicos, são adequados e estão em operacionalização.	
	Monitoramento dos impactos ambientais nas áreas de visitação	1	Não há identificação de impactos ambientais em áreas de visitação.	
		2	Há identificação e mensuração empírica dos impactos causados no meio ambiente produzidos pela atividade turística, contando com indícios de ações mitigadoras e compensatórias.	
		3	Há estabelecimento de padrões de impactos aceitáveis com indicadores-chaves de condições de uso e impacto para horários e locais específicos (áreas e equipamentos).	
		4	Há indicação de ações administrativas para mitigação dos impactos nas áreas de visitação, como determinação de estratégias para limitação do uso, como, por exemplo, cota limitada de visitantes, controle de licenças de operação, redistribuição do uso e zoneamento.	
		5	Há integração da administração do impacto causado pelo visitante aos processos existentes de planejamento e gestão da atividade turística.	

Dimensão	Indicador	Pontos	Avaliação	Pontuação
Econômica	Gestão dos recursos hídricos	1	A captação e distribuição de água para consumo é proveniente de estrutura própria, entretanto não recebe tratamento apropriado	
		2	A captação e distribuição de água para consumo é proveniente de estrutura própria ou pública, com a qualidade adequada	
		3	Há políticas informais ou formais para uso restrito dos recursos hídricos e em nível adequado às necessidades	
		4	Há indícios de tratamento e destinação correta de efluentes.	
		5	Há aplicação de eco-técnicas visando aumentar as possibilidades de captação, utilização reaproveitamento e destinação da água	
	Gestão de recursos energéticos	1	O sistema energético é insuficiente, não atendendo as necessidades do empreendimento, sendo que a energia provem de uma única fonte.	
		2	O sistema energético é suficiente, atendendo as necessidades de produção de serviços e produtos, assim como o bem estar da coletividade ou necessidades sociais.	
		3	Há ações de iniciativa do empreendimento em direção a promover a auto-restrição no consumo de energia, evitando desperdício.	
		4	Há preocupação com impactos ambientais, riscos e determinação de limites de consumo de combustíveis esgotáveis ou perniciosos.	
		5	Há identificação de fontes alternativas de energia, com utilização de mais de uma fonte de energia, considerando a biomassa.	
	Gestão de recursos sólidos	1	A coleta de resíduos sólidos é feita sem separar os tipos de materiais. Sua disposição não tem destinação apropriada, segundo o órgão ambiental.	
		2	A coleta de resíduos sólidos é feita sem separar os tipos de materiais. Sua disposição é feita em área legal específica.	
		3	Há a triagem de resíduos sólidos, de maneira parcial, com coleta seletiva de lixo e destinação em área específica para cada tipo de resíduo restante.	
		4	Há separação e coleta de embalagens pós consumo e de resíduo orgânico para reaproveitamento, com destinação dos demais resíduos sólidos em área legal específica.	
		5	Há utilização de tecnologia para reaproveitamento dos resíduos sólidos e sua transformação em energia.	

Dimensão	Indicador	Pontos	Avaliação	Pontuação
Espacial	Sistemas produtivos integrados	1	Há pratica de monocultura.	
		2	Há prática de policultura, preservando a diversidade e a rotatividade de produtos agrícolas.	
		3	Há utilização de eco-técnicas para mitigar os impactos da atividade produtiva no meio ambiente.	
		4	Há a integração da cadeia produtiva (agricultura, horticultura, fruticultura, avicultura e pecuária), com intensa utilização de biomassa na produção de alimentos, fertilizantes e ração animal.	
		5	Há produção de produtos ecológicos.	
	Gestão de infra-estrutura	1	Não há indícios de cumprimento da legislação sobre o zoneamento (uso e ocupação do solo, código de obras e sistema viário).	
		2	O empreendimento atende parcialmente aos requisitos legais.	
		3	O empreendimento atende integralmente aos requisitos legais.	
		4	Há utilização restrita de eco-técnicas na construção e/ou sistema viário e/ou uso e ocupação do solo.	
		5	Há utilização ampla de eco-técnicas na construção e/ou sistema viário e/ou uso e ocupação do solo.	
	Gestão de áreas de visitação, equipamentos e instalações turísticas	1	Não consta mapeamento de equipamentos, instalações e área de visitação turística.	
		2	Há mapeamento das áreas de visitação, equipamentos e instalações e turística com indicação dos objetivos administrativos para uso de recursos e tipo de experiência de recreação a ser oferecida.	
		3	Apresenta devidamente plano de manutenção preventiva dos equipamentos e das instalações turísticas.	
		4	A escolha do local das instalações, equipamentos e áreas de visitação, em geral, atende parcialmente ao critério de administrar a demanda, direcionando a visitação para áreas menos sensíveis.	
		5	A escolha do local das instalações, equipamentos e áreas de visitação, atende ao critério de limitar as instalações em áreas naturais, além de administrar a demanda, direcionando a visitação para áreas menos sensíveis.	

Dimensão	Indicador	Pontos	Avaliação	Pontuação
Social	Gestão dos Visitantes	1	Não há nenhum controle ou informação sobre as características dos turistas.	
		2	Existe aplicação de pesquisa de satisfação dos visitantes.	
		3	Há um mapeamento de turistas, com dados sobre as características sociais, demográficas e psicográficas dos visitantes.	
		4	A integração dos visitantes com a população local é freqüente e agradável.	
		5	A oferta turística é administrada, com aplicação de métodos para determinar a capacidade de carga, assim como os objetivos e políticas de administração do visitante.	
	Gestão dos Colaboradores	1	Emprego informal de mão-de-obra local.	
		2	Preferência para contratação legal de talentos locais.	
		3	Promoção de treinamento e desenvolvimento do corpo funcional.	
		4	Programas para a melhoria da qualidade de vida (benefícios, remuneração, saúde e segurança) dos colaboradores.	
		5	Políticas de responsabilidade social e comprometimento da organização com os colaboradores.	
	Interação com a comunidade	1	Não há indícios de interação com a comunidade local.	
		2	Provê rendimentos e outros benefícios tangíveis às comunidades locais.	
		3	Promoção de visitas gratuitas e educativas para moradores locais e estudantes.	
		4	As ações da comunidade são integradas à política ambiental do empreendimento	
		5	Incentiva e colabora com ações de proteção e pesquisas sobre meio ambiente promovida por outros atores sociais.	

Resultado MAEE

Dimensão	Indicador	Pontuação Máxima
Cultural	Educação e interpretação ambiental	
	Competência ecológica	
	Expressões culturais	
	Total de pontos da dimensão	
Ecológico	Gestão da biodiversidade	
	Identificação de impactos antrópicos no meio ambiente	
	Monitoramento dos impactos ambientais nas áreas de visitação	
	Total de pontos da dimensão	
Econômico	Gestão de recursos hídricos	
	Gestão de recursos energéticos	
	Gestão de recursos sólidos	
	Total de pontos da dimensão	
Espacial	Sistemas produtivos integrados	
	Gestão da infra-estrutura	
	Gestão de áreas de visitação, equipamentos e instalações turísticas	
	Total de pontos da dimensão	
Social	Gestão dos visitantes	
	Gestão dos colaboradores	
	Integração com a comunidade	
	Total de pontos da dimensão	